



Práxis PSI

Vol. 3 - N° 1 - 2014

Práxis PSI

Vol. 3 - Nº 1 - Jan./Dez. 2014

Três de Maio

ISSN versão eletrônica 2318-0560

Práxis PSI	Três de Maio	v. 3	n. 1	p.1-x	jan./dez 2014
------------	--------------	------	------	-------	---------------

2014, Sociedade Educacional Três de
Maio

Editora

Rita de Cássia Maciazeki Gomes
(Universidade do Porto)

Editora Associada

Lissandra Baggio
(SETREM)

Coordenação do Curso de Psicologia

Regina Basso Zanon

Consultores Ad Hoc

Cris Aline Krindges (PUC/POA)
Fernanda Aparecida Szareski Pezzi
(UNISSINOS)
Lidiane Mahler (SETREM)
Rejane La Bella Flach Cunegatto (URI)

Secretárias

Mariele Rambo
Polyana Eberhardt

Revisoras Técnicas

Juliana Deliyannis
Regina Basso Zanon
Rubia Bueno Barasuol

Projeto Gráfico

Paulo Vitor Daniel

Imagem de capa

Leandro Machado

Bibliotecária Responsável

Rosimere Marx Griebler - CRB 10/1425

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P919

Práxis Psi [recurso eletrônico] / Sociedade Educacional Três de Maio,
Faculdade de Psicologia - Ano 2, v. 3 (2014) - Três de Maio: Setrem, 2014-

Modo de acesso : Internet

<<http://www.setrem.com.br/38-psicologia>>

Periodicidade anual

ISBN 2318-0560

1. Psicologia. 2. Orientação profissional. 3. Saúde pública. 4. Psicologia infantil. 5. Psicologia do trabalho. 6. Psicologia existencial. I. Sociedade Educacional Três de Maio. II. Faculdade de Psicologia.

CDU 159.9

Bibliotecária Responsável: Rosimere Marx Griebler - CRB 10/1425

Sumário

Editorial

- Psicologia e a produção de saberes e práticas em diferentes territórios** 4
Rita de Cássia Maciazeki Gomes e Lissandra Baggio

Artigos

- Violência contra a mulher: percepções femininas acerca da violência de gênero** 6
Violence against women: women's perceptions about violence
Marjana Thomé Damm, Marta Lorentz, Viviane Ritter
- Religiosidade: influências no modo de vida rural** 25
Religiousness: influences of the rural lifestyle
Bruna Janaina Schoier, Lissandra Baggio, Luthiane Pisoni Godoy
- Inserção do psicólogo no SUS: a perspectiva dos usuários** 46
The insertion of psychologists in the SUS: the users' perspective
Fernanda Cristina Sartori, Marta Lorentz, Viviane Ritter
- Caminhoneiro: um estudo sobre o adoecimento na profissão** 60
Trucker : a study on the profession's illnessContemporary Symptomatology
Bruno Afonso Neis, Laiza Francielli Bortolini, Ana Paula Lemos

Psicologia e a produção de saberes e práticas em diferentes territórios

Em sua edição de 2014 a Revista Práxis Psi compartilha estudos e pesquisas frutos de trabalhos de conclusão do Curso de Psicologia da Setrem. Os trabalhos sinalizam a inserção da psicologia, como campo de produção de saberes e práticas, que vai para além dos consultórios e está inserida em diferentes territórios. Esses deslocamentos direcionam nossas preocupações, estudos e desafios a serem trilhados. Entre eles, a inserção da psicologia junto as políticas públicas, de saúde e assistência social, tem demandado aprofundamento e ampliação das discussões sobre a atuação, e também, a formação em psicologia. A composição nesses diferentes territórios, coloca em cena a produção do conhecimento, das práticas e intervenções psi em relação com o sistema público, o reconhecimento da pessoa como cidadã de direitos e a obrigação do estado em provê-los. Exige o adentrar às complexas relações tecidas entre gestão e atenção, nos estabelecimentos de operacionalização da política, na composição de estratégias de atenção em equipes multiprofissionais, numa perspectiva inter e transdisciplinar, e no relacionamento com a comunidade atendida. Algumas dessas questões são esboçadas nos textos, que seguem. As escritas apresentam reflexões, iniciais, sobre as percepções de universitárias sobre as situações de violência contra mulher, a religiosidade em contextos rurais, a inserção do psicólogo no Sistema Único de Saúde e a produção do adoecimento no trabalho.

No artigo “*Violência contra a mulher: percepções femininas acerca da violência de gênero*”, Marjana Thomé Damm e Marta Lorentz propõem um estudo qualitativo com enfoque na escuta de universitárias sobre violência contra a mulher. Os resultados apontam que as situações de violência, para as mulheres entrevistadas, estão relacionadas a violência física e psicológica. A implementação da Lei Maria da Penha foi apontada como um avanço e, entre os desafios apontados está a composição de estratégias efetivas no cotidiano para o rompimento do ciclo de violências contra a mulher.

No artigo “*Religiosidade: influências no modo de vida rural*”, Bruna Janaina Schoier, Lissandra Baggio e Luthiane Pisoni Godoy abordam as influências das crenças e da religiosidade em famílias que residem em contextos rurais. Os resultados apontam estreitas relações entre religiosidade e os modos de vida ligados a terra, a família e ao trabalho em contextos rurais. Relações estas que demandam aprofundamento dos estudos e pesquisas por parte da Psicologia.

Fernanda Cristina Sartori e Marta Lorentz realizam um estudo com usuários do Sistema Único de Saúde e investigam suas percepções sobre a atuação da psicologia nos serviços de saúde, no artigo “*Inserção do psicólogo no SUS: a perspectiva dos usuários*”. O estudo destaca, o reconhecimento dos usuários da atuação da psicologia na saúde. E, ao mesmo tempo, sinaliza para a necessidade de maiores informações sobre a atuação psicólogo na saúde.

E, no artigo, “*Caminhoneiro: um estudo sobre o adoecimento da profissão*”, Bruno Afonso Neis e Laiza Francielli Bortolini abordam o sofrimento no trabalho do profissional que realiza transporte de cargas, o caminhoneiro. As reportagens, veiculadas na mídia, são utilizadas para encadear as reflexões sobre a temática no artigo. Os resultados apontam para situações de prazer e sofrimento imersas no cotidiano de trabalho e a necessidade de trazer à tona essas discussões invisibilizadas no mundo do trabalho.

Os textos apresentados são um convite para continuidade das reflexões e problematizações sobre a atuação e intervenção psi em diferentes territórios. Agradecemos a todas as pessoas que contibuíram para a produção dessa edição, em especial o/as autor/as e a equipe editorial, e desejamos uma boa leitura!

Rita de Cássia Maciazeki Gomes e Lissandra Baggio
Editoras

ARTIGO 1

Violência contra a mulher: percepções femininas acerca da violência de gênero

Violence against women: women's perceptions about violence

Marjana Thomé Damm¹

Marta Lorentz²

Viviane Ritter³

RESUMO

A violência possui diversas faces, podendo ser psíquica, física, sexual ou moral. O Brasil ocupa um lugar significativo no ranking dos países que mais matam suas mulheres. Este estudo apresentou como objetivos verificar a percepção de mulheres universitárias sobre a violência praticada contra pessoas do gênero feminino, compreender a forma discursiva utilizada para descrever as diversas formas de violência, avaliar como a violência é percebida pela mulher, bem como quais os significados atribuídos à violência contra a mulher. Foi utilizada abordagem qualitativa e delineamento de estudo de casos múltiplos. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário sócio demográfico e uma entrevista semiestruturada. Fizeram parte desta pesquisa cinco participantes matriculadas em uma instituição de ensino superior situada no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, escolhidas por meio do critério de conveniência. Para a análise de dados, utilizaram-se as Categorias Temáticas de Minayo. Os resultados mostram que a violência de gênero é compreendida pelas mulheres como basicamente violência física e verbal, onde sumariamente a igualdade de gênero baseia-se em igualdades sociais, direitos sociais. Atualmente a

1 Psicóloga; Sociedade Educacional Três de Maio/RS; Três de Maio/RS; Email: marjana_td@hotmail.com.

2 Psicóloga; Docente Sociedade Educacional Três de Maio/RS; Três de Maio/RS; <http://lattes.cnpq.br/2784466814524191>; Email: martalorentz@hotmail.com.

3 Acadêmica do Curso de Psicologia; Sociedade Educacional Três de Maio/RS; Três de Maio/RS; <http://lattes.cnpq.br/2620796127332798>; Email: vivi.ritter@hotmail.com.

mulher obteve grandes conquistas sociais, entretanto, o machismo é velado, a violência é apresentada todos os dias, é imposta de uma forma velada e até sutil e está presente em todos os contextos. A condenação da violência modifica o status de objeto da mulher, porém, de forma distinta, com nova roupagem, a mulher ainda é tida como objeto, como menos capaz e frágil.

Palavras-chave: Violência; mulher; gênero

ABSTRACT

Violence has many faces, it can be psychological, physical, sexual or moral. Brazil occupies a significant place in the ranking of countries that most women are killed. This study was aimed with the objective of finding out the perception of female students regarding violence committed against women. It aimed to understand the various kinds of violence, to assess how violence is perceived by women, and to establish the reasons attributed to violence towards women. The approach used a qualitative method of research in multiple cases. The data capture used a socio-demographic questionnaire and a semi-structure interview in the study. Five random female participants from the northwest of Rio Grande do Sul state, registered in a post-secondary institution took part in this research. Minayo's categories were used for data analysis. The results of the survey show that violence is basically known by women as physical and verbal violence, where in summary, gender equality is based on social equality, social rights. Nowadays, women achieved great social achievements, however, machismo is disguised, violence is presented every day, imposed in a veiled and even subtle way, however, is present in all media. The condemnation of violence modifies the status of the women as an object, but in a different way, with new disguise, the woman is still considered as an asset, less capable and fragile.

Keywords: Violence; women; genre

INTRODUÇÃO

Na atualidade brasileira nunca se discutiu tanto a violência contra a mulher, em contrapartida, nunca antes se noticiou tantos crimes contra as mulheres, crimes estes que após serem interiorizados afetam e interferem na vida dessas mulheres em todas as esferas. Portanto, a violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero. A Lei Maria da Penha define cinco formas de violência doméstica e familiar, deixando claro que não existe apenas a violência que deixa marcas físicas evidentes. Existem também a violência psicológica; violência física; violência sexual; violência patrimonial; violência moral (Brasil, 2006).

Dados indicam que “Nosso país ocupa a 5ª posição entre as nações que mais matam suas mulheres, onde a cada cem mil mulheres, a taxa de 4,8 são mortas” (Buzzi, 2015, p.09). Por exemplo, a região de Soledade- RS encontra-se em 1º lugar no ranking de maiores registros de violência contra a mulher, no total de 35 regiões, segundo dados do site “Retrato da Violência Contra a Mulher no RS”. Já a região de Santa Rosa - RS ocupa o 35º lugar no ranking, com dados do ano de 2006 ao ano de 2014, onde cerca de 62 mulheres dentre mil habitantes sofreram algum tipo de violência. Destes, 68% ocorreram em casa e 7% na rua, sendo a média de idade das mulheres agredidas de 18 anos e dos agressores, 34 anos de idade (Retrato da Violência Contra a Mulher no RS, 2014). Muitas vezes, a mulher coagida e amedrontada não consegue desvencilhar-se de seu agressor, revelando sentimentos típicos relacionados à situação de violência, como ressalta Soares (2004, citado em Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012). Ressalta-se que os “direitos humanos das mulheres” foram implantados e sancionados somente em 1933, na Conferência Mundial dos Direitos Humanos (Stecanela, & Ferreira, 2009).

Esta temática partiu de um desejo particular desta acadêmica em buscar informações sobre o fenômeno da violência contra a mulher e de que forma o mesmo ocorre, no entanto, muitos questionamentos surgiram: por que realizar uma pesquisa com temática de ampla discussão? Por que este público-alvo para a entrevista? Eram questões que me instigavam.

Violência de gênero

“Nasci na noite de oito de setembro de 1986, quando meu marido teve um derrame. Parei de apanhar!” (Maria, 68 anos)

Sob a ótica de Scott (1989), gênero caracteriza-se por um elemento constitutivo por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos que, por sua vez, constituem-se no interior de relações de poder. Logo, sexo associa-se à diferença entre os corpos e à prática sexual dos papéis atribuídos a homens e mulheres. Nesta pesquisa, utilizar-se-á o termo gênero feminino ou gênero masculino com a finalidade de referir ao papel social ocupado pelo indivíduo foco do estudo.

No que se refere aos homens, o ideal valorizado em “um homem de verdade” segue uma lógica fálica, de virilidade, que se firma em duas vias: pelo exercício ativo de sua sexualidade (“pegador”), mas também pelos aspectos relacionados à produtividade laboral (Zanello, & Gomes, 2010, citado em Azize, & Araujo, 2003, p. 141).

A violência, segundo Cortez e Souza (2010), basicamente a de gênero, no tema que foi proposto nesta pesquisa, advém do patriarcalismo, no qual o gênero feminino se coloca em obediência diante da figura masculina. Espera-se que a mulher desempenhe seu papel de dona de casa, mantendo esta imagem perante a família e cumprindo com seu papel de reproduzir e satisfazer as necessidades desta família.

Tipos de Violência

Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) apontam que a questão da violência é uma violação dos direitos humanos, que se caracteriza pela demonstração de poder e impulso. A violência pode ser

caracterizada de várias formas, as quais serão citadas a seguir e constitui-se como um “problema social, cultural, jurídico, político, econômico, religioso e de saúde pública” (FLD, 2009, p.06).

A Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha, entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006, que considera crime a violência perpetrada contra a mulher. A Lei coíbe a violência doméstica e familiar e define os cinco tipos de violência:

Violência Física: caracteriza-se por causar danos ao corpo ou ferir, pode ser realizada por meio de chutes, murros, tapas, queimaduras, entre outros.

Violência Patrimonial: prejudicar bens materiais e objetos da mulher.

Violência Sexual: obrigação do agressor à vítima em manter, participar ou presenciar qualquer demonstração ou relação sexual não desejada pela vítima e não utilizar métodos contraceptivos.

Violência Moral: difamação, calúnia e injúria contra a vítima.

Violência Psicológica/Emocional: conduta que compreenda dano emocional por meio de humilhações, desprezo, xingamentos, gritos, desrespeito, tudo o que transgrida os valores morais.

A imobilidade contribui para que a violência de gênero se diversifique e se agrave com o tempo, tornando-se mais intensa e frequente, caso não ocorra uma intervenção apropriada a fim de cessar a escalada da violência. O fenômeno da escalada da violência ocorre na dimensão da estrutura social, de grupos, indivíduos e famílias, tendo como perpetrador a ideologia perpassada nas das relações de gênero (Franzoi, Fonseca & Guedes, 2011).

Feminicídio

O termo feminicídio começou a ser difundido no México, onde vários assassinatos de mulheres, na década de 1990, foram denunciados. Um avanço importante na questão do feminicídio foi a criação da Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015, que inseriu no ordenamento jurídico brasileiro o feminicídio, como qualificador do homicídio doloso:

Feminicídio: VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino

§ 2º- Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (Zanella *et al.*, 2015, p.01).

Fon (2014) afirma que a violência contra a mulher passou a ser visível no Brasil a partir da década de 1970. Segundo Buzzi (2014), o feminicídio é a forma de violência mais extrema: é o assassinato de mulheres por questões de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres. Esse crime geralmente é cometido em situações onde a mulher tem menos poder ou recursos, no qual parceiros ou ex-parceiros perpetram a violência, seja sexual, física ou verbal (Buzzi, 2014). O objetivo da presente pesquisa foi verificar a percepção de mulheres universitárias sobre a violência praticada contra pessoas do gênero feminino, bem como compreender a forma discursiva utilizada para descrever as diversas formas de violência; avaliar como a violência é percebida pela mulher e identificar quais os significados atribuídos à violência contra a mulher.

MÉTODO

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada uma pesquisa qualitativa de dados referente à violência contra a mulher e o pensar feminino sobre a violência em relação ao gênero. A pesquisa qualitativa, segundo Borges, Winter e Souza (2013), define-se por abranger o fenômeno pesquisado, levando em consideração a compreensão dos mesmos no que envolve os participantes da pesquisa. Foi empregado um delineamento de estudo de casos múltiplos (Yin, 2001). Tal delineamento proporciona trocas mútuas entre pesquisador e pesquisado, em que as experiências são fontes importantes de dados. Fizeram parte deste estudo cinco mulheres universitárias, vinculadas a uma faculdade situada em uma cidade do noroeste do estado do Rio Grande do Sul. As participantes foram escolhidas por critério de conveniência. Foram utilizados um questionário

sociodemográfico; entrevista semiestruturada com questões abertas e fechadas, que buscou abordar os diferentes aspectos de como a mulher percebe a violência contra o próprio gênero.

Procedimentos para a coleta de dados

A Faculdade participante da pesquisa assinou o Termo de Concordância da Instituição e permitiu a realização da pesquisa no local. As participantes foram abordadas por critério de conveniência no decorrer da semana acadêmica de atividades convencionais. Neste momento os objetivos, procedimentos e coleta de dados da pesquisa foram esclarecidos às convidadas e, a partir do aceite, a participante recebeu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi lido em voz alta pela pesquisadora e, na concordância, assinado pela participante em uma sala indicada pela instituição. As participantes puderam responder à pesquisa no momento do convite e, em alguns casos, foi realizado agendamento de um horário, conforme disponibilidade. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, sendo aprovada sob o número 1.473.460.

Procedimentos para a Análise de Dados

A presente pesquisa foi analisada por meio de Categorias Temáticas. Minayo (1994) entende a análise crítica por meio de categorias divididas em classes ou séries. As classificações partem da compilação de ideias, elementos e expressões que envolvam todo o material coletado durante o curso da pesquisa. As categorias tendem a ser concretas e especificadamente divididas. Logo, as categorias serão alocadas em princípios singulares, podendo qualquer resposta obtida ser acomodada em alguma delas. Sendo exclusivas, as categorias não podem ter respostas repetidas. Desta forma, todas as categorias foram analisadas cuidadosamente a partir do objetivo do projeto (Minayo, 1994).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a classificação dos dados da pesquisa obtidos por meio da entrevista semiestruturada, foi utilizada a análise de categorias de Minayo (1994), na qual as respostas das participantes puderam ser congregadas em categorias que visassem o agrupamento de resultados com relação

direta. Visto que a resposta de cada participante é extremamente particular e parte de um constructo social, histórico, cultural e econômico, a fala deste indivíduo repercute a fala de um grupo social.

As respostas obtidas por meio das 14 (quatorze) perguntas abertas e fechadas foram agrupadas em cinco categorias:

- 1) Definição de violência contra a mulher;
- 2) Igualdade de gênero;
- 3) Violência e o pensar feminino;
- 4) Causas e situações de violência contra a mulher;
- 5) Proteção à mulher e direitos.

Definição de Violência contra a Mulher

Para a primeira categoria de análise de dados, denominada “Definição de Violência contra a Mulher”, os dados obtidos são derivados da seguinte pergunta: “Como você define a violência contra a mulher?”.

Existem muitas formas de agressão de gênero e uma delas, frequente e habitual, é o xingamento, extremamente pouco denunciada, porém com repercussões extensas no sujeito. O xingamento caracteriza-se por ser o ato ou efeito de xingar, em que xingar assume característica ofensiva ou a intenção de agredir com palavras insultuosas, ofensivas, com o objetivo de destratar e afrontar. Logo, xingar é uma das formas de violência (Zanello, 2008). O que pode ser observado na fala da participante: “*Não só física, mas também falar mal da mulher, xingá-la, desfazê-la*”. (Joana, 22 anos).

A violência contra a mulher, como ressalta Silva, Lima e Mafra (2015), é um fenômeno global, que afeta todas as culturas, status sociais, grupos étnicos e religiosos, sendo percebida em populações de diferentes níveis de desenvolvimento social, econômico e cultural, sendo vista como uma situação habitual, que diz respeito à vida privada do casal e até, de certa forma, esperada pela cultura. Tal questão é abordada pela participante, quando diz: “*Falar agressivamente, a forma de*

tratar uma mulher (grosseira), mexer com a mulher na rua no sentido pejorativo” (Cecília, 27 anos).

A violência contra a mulher configura-se como uma violação dos direitos humanos. Dentre as formas de violência estão: assassinato, violência psicológica, estupro, abuso físico, sexual e emocional, prostituição forçada, mutilação genital, violência racial, entre outras inúmeras formas, deixando significativas marcas na vida e história da vítima, como afirmam Zancan, Wassermann e Lima (2013). Bem como coloca a participante Maiara, de 22 anos, em relação à agressão contra a mulher: *“Agressão pode ser física e verbal, desigualdade, relação machista, qualquer coisa que vá contra a integridade dela”*.

Um dos fatores bastante abordado por vítimas de violência contra a mulher é o ciúme, elemento desencadeador de agressões e aumento das tensões entre o casal. O ciúme é prática de dominação do homem em relação à mulher, permeado pelo desejo de manter a mulher como propriedade exclusiva, o ciúme sugere uma determinada restrição do outro, pelo fato de interferir no comportamento do parceiro e em sua própria liberdade (Zancan, Wassermann, & Lima, 2013).

Igualdade de Gênero

Para a segunda categoria desta pesquisa, nomeada “Igualdade de Gênero”, buscou-se compreender a visão de cada participante. Para isso, uma questão da entrevista semi-aberta foi selecionada para compor tal categoria: “Você sabe o que é Igualdade de Gênero?”.

Para que se compreenda o conceito de igualdade de gênero, há a necessidade da compreensão do que é “Gênero”. O conceito de gênero surgiu com o movimento feminista, que visava classificar como categoria de análise de interações sociais, fazendo contraponto com as então classificações que objetivavam a diferenciação entre gênero masculino e feminino por meio de determinismos biológicos, principalmente pelas genitálias, e a utilização de termos como “sexo” e “diferenças sexuais” (Zanello, & Silva, 2012). A naturalização da relação de poder entre os gêneros também foi observada pela participante em sua fala: *“Igualdade entre homens e mulheres, ninguém tem poder sobre ninguém”* (Débora, 25 anos).

Os estereótipos, segundo Zanello e Costa (2015), sustentam fortemente a disparidade e a relação de poder cristalizadas hierarquicamente entre os gêneros, ou seja, são privilegiados determinados padrões emocionais e de comportamento (“performances”) que definem o que seria o “homem” e a “mulher”. A participante define o que é igualdade de gênero para si: *“Quando os dois são iguais, fazem e podem fazer as mesmas coisas, um ajuda o outro, terem os mesmos direitos”*. (Alice, 18 anos).

A experiência subjetiva de “ser homem” ou “ser mulher” pode ser modificada, variando conforme os valores culturais de uma sociedade engendrada, atuantes nas crenças dos indivíduos sobre si mesmos, sobre os demais e sob o espaço sociocultural, bem como no campo do sofrimento psíquico de tais indivíduos.

Violência e o Pensar Feminino

A terceira categoria de análise dos resultados, intitulada “Violência e o Pensar Feminino” foi dividida em três subcategorias denominadas “Violência e o Sentimento Feminino”, “Sentimento Próprio frente à Violência contra a Mulher” e “Pensar sobre o Sentimento de uma Mulher Agredida”. Tal categoria engloba as seguintes perguntas do questionário semi-aberto: “Já foi/sentiu-se agredida fisicamente? Já foi/sentiu-se agredida verbalmente? Já foi/sentiu-se agredida psicologicamente? Como você se sente diante da violência sofrida pela mulher? Como você acha que uma mulher agredida deve se sentir depois das agressões? E, por último, o que você acha que a mulher que sofreu uma violência pensa sobre a violência sofrida?”.

Violência e o Sentimento Feminino

A primeira subcategoria, “Violência e o Sentimento Feminino”, busca compreender como as participantes entendem se já foram ou se sentiram vítimas de violência.

Violência psicológica ou emocional é a mais silenciosa, deixando marcas profundas, por não ter um caráter momentâneo e ter efeito cumulativo, sendo caracterizada por qualquer conduta que resulte em dano emocional como a diminuição da autoestima, coação,

humilhações, imposições, jogos de poder, desvalorização, xingamentos, gritos, desprezo, desrespeito, enfim, todas as ações que caracterizem transgressão dos valores morais (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012, p. 308).

A violência possui raízes macroestruturais e encontra-se diluída na sociedade, é multifacetada, polimorfa e possui várias manifestações que são interligadas, interativas e se realimentam e fortalecem, como afirma Leite *et al.* (2014).

Sentimentos Próprios frente à Violência contra a Mulher

A respeito da afirmação da participante Alice, 18 anos, abre-se a segunda subcategoria, intitulada “Sentimento Próprio Frente à Violência contra a Mulher”. Ela afirma: “- *Injustiçada, humilhada, sinto que as mulheres são mais frágeis e os homens que se aproveitam disso. Há o medo de falar*”.

Quando a participante Cecília, de 27 anos, fala: “- *Acho indignante um homem agredir uma mulher*”, demonstra a construção histórica que atualmente vivemos, na qual realmente se vê como indignante a agressão, pois a violência de gênero representa sumariamente uma relação de poder do masculino sobre o feminino, tomando como princípio a submissão feminina.

Pensar sobre o Sentimento de uma Mulher Agredida

A terceira e última subcategoria da terceira categoria intitulada “Pensar sobre o Sentimento de uma Mulher Agredida”, traz o pensar das entrevistadas sobre o sentimento de uma mulher agredida, o que revela um sentimento empático por parte das participantes.

Estima-se que a violência contra a mulher acarrete mais mortes se comparada à malária, acidentes de trânsito e às guerras. É de extrema importância ressaltar que a mulher vítima de violência é marcada física e psicologicamente por tais atos, sendo considerado um fator de risco para a saúde mental feminina, deixando as vítimas suscetíveis à baixa qualidade de vida aliado ao desenvolvimento de comportamentos de risco (Zancan, Wassermann & Lima, 2013). A fala da participante a seguir indica tais questões citadas acima: “*Uma mulher agredida deve se sentir*

revoltada, não pode aceitar, porém algumas acabam concordando achando que realmente é culpada pela agressão” (Maiara, 22 anos).

A violência foi retirada do contexto privado da vida conjugal e trazida ao público com a criação da Lei Maria da Penha. No entanto, muitas mulheres acabam não denunciando ou prestando queixa contra o agressor ou, ainda, não reconhecem como violência a situação a qual estão sujeitas. Ocorre que as mulheres, muitas vezes, sentem-se envergonhadas e até culpadas pela própria agressão sofrida, ocultando assim os fatos, como afirma Zancan, Wassermann e Lima (2013). *“Uma mulher agredida deve se sentir impotente, inferior e deve pensar que é culpada por alguma que fez, com medo acaba não denunciando e as agressões continuam”* (Joana, 22 anos).

As mulheres que vivenciam mais fatores de vulnerabilidade possuem tendência à sujeição, logo, terão maior dificuldade para se afastar da situação de violência, como ressalta Hirigoyen (2006), citado em Zancan, Wassermann e Lima (2013, p. 65.): *“Já que um traumatismo anterior as fez perderem todas as suas defesas, essas mulheres sabem menos que as outras se defenderem e reagirem a tempo, pois ficaram, de certo modo, fragilizadas”*. Uma das participantes traz aspectos semelhantes em sua fala: *“A mulher deve sentir um mix de frustração, decepção, tristeza, sentindo-se a pior das pessoas após a agressão, achando que é até normal, talvez viu quando era criança e acaba não indo adiante”* (Cecília, 27 anos).

Zanca, Wassermann e Lima (2013) relatam que a diferença principal entre violência doméstica e violência psicológica é que a doméstica caracteriza-se por uma agressão física e psicológica, e a segunda é derivada de palavras, xingamentos, gestos e até olhares que não envolvem contato físico, e geralmente evolui para uma violência física. Os autores citados anteriormente referem que algumas mulheres vítimas de violência possuem uma compreensão superficial das formas de aprisionamento por meio de sentimentos de humilhação e vergonha que sentem de si próprias e acabam permanecendo em situação de violência, como afirma a participante: *“Acho que essa mulher deve se sentir a pior pessoa do mundo, deve se sentir mal, sem poder fazer nada e só sofrer com isso”* (Débora, 25 anos).

Conforme Tavares e Pereira (2007, citados em Zancan, Wassermann & Lima, 2013), as mulheres vítimas de violência expressam seu medo e insegurança, temendo novo acesso de fúria do agressor, fazendo com que o medo feche os olhos das vítimas, inibindo-as de procurar uma mudança na situação, apenas aceitem-na, acarretando a diminuição ou anulação de sua autonomia. Afirmações estas que fazem consonância com a fala da participante: *“Acredito que deva se sentir humilhada, sem ter para onde ir, perdida, não é fácil buscar ajuda e deve pensar que precisa aguentar, que essa é a sua vida”* (Alice, 18 anos).

Muito se refere à motivação interna individual e à tomada de decisão como uma necessidade, porém, a noção que prevalece nas entrelinhas de relatos de mulheres em situação de violência é de estar implícito o risco do reducionismo, trazido por meio da abstenção da responsabilidade dos serviços públicos em relação à problemática (Guedes & Fonseca, 2011).

Causas e Situações de Violência contra a Mulher

A quarta categoria foi intitulada “Causas e Situações de Violência contra a Mulher”. Nesta categoria observamos resultados interessantes no que diz respeito ao pensar feminino sobre o que poderia ocasionar uma violência contra a mulher ou em que situações esta violência poderia acontecer.

Segundo Bianchini e Gomes (2015), através de pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, pode-se verificar que é frequente mulheres serem vítimas de agressões em relacionamentos longos, nos quais a submissão geralmente decorre de condições concretas, como física, psicológica, sociais e econômicas, em que a mulher encontra-se submetida pelo papel que lhe é imposto pela sociedade. Como bem adverte Léo Rosa de Andrade,

Nesse mundo dos homens, as mulheres foram postas para servir a casa dos homens, parir para os homens, cuidar dos filhos dos homens. Os homens repartiam entre si o controle sobre as mulheres, vigiando-as, reprimindo-as, matando-as. As leis dos homens absolviam os homens de tudo. As mulheres eram dos homens. Sumiam-se, inclusive, na

adoção do nome dos homens (Andrade, s/d, citado em Bianchini & Gomes, 2015, s/p).

Conforme Leite *et al.* (2014) estudos internacionais e nacionais recentes mostram a alta prevalência de, pelo menos, uma forma de violência contra a mulher:

[...] mais da metade (51,9%) das mulheres casadas, entre 15 e 24 anos, sofreram algum tipo de violência por parceiro íntimo; no Karachi (Paquistão), a prevalência autorrelatada entre as mulheres de 25 a 60 anos foi de 56,3%. Na Índia, essa prevalência foi de 56% e na Espanha, 24,8% das mulheres relataram já terem sido maltratadas por seu parceiro alguma vez na vida, apresentando variações de prevalência de acordo com a região. As mais altas percentagens foram registradas em Ceuta e Melilla 40,2% e Ilhas Baleares 32,5%. Já os menores percentuais registrados ocorreram em Cantábria 18% e na cidade de Celaya, México 8,1%) (Leite *et al.*, 2014, p. 86).

A participante Maiara, de 22 anos, coloca a violência doméstica em questão ao afirmar: *“A mulher pode ser vítima de violência em qualquer lugar, em casa, no trabalho, etc. e geralmente acontecem porque há discordância em alguns pontos do relacionamento ou até por hábito mesmo, onde há a submissão de uma conhecida, era agredida fisicamente sempre”*. A violência contra a mulher não afeta exclusivamente a vida doméstica/familiar, mas sim, contamina e prejudica todos os âmbitos de sua vida, relações sociais, afetivas e sua saúde, tanto física quanto psíquica.

“Nunca vi ninguém sendo agredido, mas acho que em brigas, em atos sexuais ou dependendo o caso a mulher pode ser agredida. A raiva, a “gana” a vontade de fazer alguma coisa com tal pessoa é motivo para uma agressão” (Débora, 25 anos). A violência contra a mulher geralmente se expressa por meio da violência física, sexual e psicológica, tendo impacto negativo em toda a extensão da integridade biopsicossocial da vítima. Como visto anteriormente, a violência

é perpetrada contra a mulher dentro do ambiente doméstico, logo, as mulheres correm mais risco de sofrer violência dentro de sua casa, por um parceiro ou familiar, do que em relação a estranhos; em sua maioria, o agressor é o próprio cônjuge da vítima (Leite *et al.*, 2014).

Proteção à Mulher e Direitos

Para a quinta categoria, intitulada “Proteção à Mulher e Direitos”, buscou-se a compreensão das mulheres a respeito da proteção e prevenção à violência de gênero, em que o conceito de gênero é frequentemente contraposto às determinações biológicas subentendidas na utilização dos termos “sexo” e\ou “diferença sexual”.

O Femicídio passa a ser considerado crime hediondo e passa a vigorar a partir de 10 de março de 2015, equiparando-se com os crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes, drogas e ao terrorismo (Bianchini & Gomes, 2015). Porém, a lei do Femicídio é uma medida para punir o agressor, visto que não há como proteger mais a integridade da vítima.

“Só conheço a Lei Maria da Penha e não sinto que os meus direitos são atendidos, precisamos de mais leis e mais rígidas de proteção à mulher, pois na maioria das vezes o homem não é punido” (Alice, 18 anos).

Em contrapartida, uma das participantes relata que depende da pessoa e de como ela age no sentido de buscar ou não seus direitos:

“A Lei Maria da Penha está aí, cabe a cada um buscar e ir atrás de seus direitos, mas muitas vezes o agressor sequer é denunciado, ou quando é paga cestas básicas o que não resolve nada”. (Cecília, 27 anos).

Meneghel, Mueller, Collaziol e Quadros (2013) afirmam que a elaboração da Lei Maria da Penha, que tem como especificidade atender à violência de gênero, foi resultado da mobilização feminina, potencializada com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. A Lei Maria da Penha nº 11.340/2006 fundamenta-se em diretivas da Constituição Federal, na Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher e na Convenção Interamericana para Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Em contrapartida a tal colocação, uma das participantes relata como se sente frente a tal lei: *“Não sinto que meus direitos enquanto ser humano são atendidos, ainda falta muito para a mulher se sentir segura e igual, precisam ser feitas mais leis de proteção, só conheço a Lei Maria da Penha e na maioria dos casos muitos agressores saem impunes e repetem”* (Débora, 25 anos).

Em relação oposta à afirmação da participante acima, outra participante fala, contraditoriamente, o seguinte: *“Acredito que meus direitos são garantidos, tem a Lei Maria da Penha, mas ainda é muito injusto, o homem se acha superior e nunca há uma punição descente”*. (Joana, 22 anos).

Infelizmente, muito do que foi exposto por meio das falas das participantes possui relações com a realidade social, na qual a agressão é velada, não é exposta, onde ainda impera a frase “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, ou seja, não compete aos demais discutir sobre a relação conjugal. A punição para o agressor ainda é bastante precária, por mais que já tenha ocorrido um avanço enorme. No sentido de leis atuais de proteção, funcionam muito bem, em tese, na prática diária existem algumas falhas, como é o caso da lei de proteção à mulher, que prevê o afastamento do agressor ou sua aproximação até uma distância estabelecida. A mulher atualmente precisa lidar com muito preconceito, dela mesma, da sociedade e até dos profissionais que realizarão o acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a célebre frase de Simone de Beauvoir, dita no ano de 1949, “Não se nasce mulher, se torna mulher”, não se nasce simplesmente uma mulher já sabendo como é ser mulher, há uma construção primeiramente familiar e social até se tornar mulher, o mesmo vale para os homens. Se nascemos todos com capacidades, potencialidades e habilidades sociais, por que há disparidade entre os gêneros baseada ainda na diferença e violência entre homem e mulher? Por que um é considerado superior ou melhor que o outro? Há um construto social sobre todas estas questões,

aprende-se a tornar-se mulher ou homem, a forma como somos criados nos torna os adultos do amanhã.

Atualmente a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) traz em seu art. 18, cap. II, Seção I, medidas protetivas de urgência contra a mulher, porém, ainda assim a mulher se vê, por vezes, desamparada e acaba acreditando que realmente possa ser culpada ou responsável pela agressão que está sofrendo. A educação contra a violência deve ser debatida, assim como se debate sobre matemática, história, português... tornar as políticas de enfrentamento tão intrínsecas na sociedade quanto a política de violência, o que levará certamente muitas centenas de anos ainda.

Constatou-se em conjunto, tendo como base o objetivo deste trabalho, verificar a percepção de mulheres universitárias sobre a violência praticada contra pessoas do gênero feminino, de que as participantes trataram a violência contra a mulher como algo distante de si, difícil de atingí-las, alienadas em relação à importância que o seu pensar tem sobre sua própria condição a fim de dismantelar tal construção social. Dessa forma, existem muitas lacunas a serem compreendidas e estudadas enquanto fenômeno social e cultural.

REFERÊNCIAS

- Bianchini, A. & Gomes, L.F. *Feminicídio: entenda as questões Controvertidas da Lei 13.104/2015*. 2015. JusBrasil. Disponível em <<http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/173139525/feminicidio-entenda-as-questoes-controvertidas-da-lei-13104-2015>>.
- Borges, J. L., Winter, L. E. & Souza, C. D. (2013). *Pesquisa em Psicologia: pressupostos teóricos e metodológicos*. Três de Maio: SETREM.
- Brasil, Constituição Federal. (2006). *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Brasília: Casa Civil.
- Buzzi, A. C. M. (2014). *Feminicídio e o Projeto de Lei nº 292/2013 do Senado Federal. Trabalho de Conclusão de Curso*. UFSC: Santa Catarina.
- Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Lilás 2014: Políticas Públicas e de Gênero: Avanços e Desafios*. Assembleia Legislativa: Rio Grande do Sul.
- Compromisso e Atitude. *Dados Nacionais sobre Violência contra as Mulheres – Lei Maria da Penha, A Lei é Mais Forte*. 2016.
- Conselho Nacional de Saúde – CNS. 2016.

- FLD, Fundação Luterana de Diaconia. (2009). *Nem Tão Doce Lar*. Porto Alegre: FLD.
- Fon, L. C. F. (2015). Violência contra a mulher: notas sobre o Femicídio em Salvador/BA. *Anais de Eventos – 18º REDOR*. UFRP: Pernambuco.
- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G. & Leal, N. S. B. (2012). Violência Doméstica contra a Mulher: Realidades e representações sociais. *Psicologia e Sociedade*, 24(2), 307-314.
- Franzoi, N.M., Fonseca, R.M.G.S. da & Guedes, R.N. (2011). Violência de Gênero: Concepções de Profissionais das Equipes de Saúde da Família. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 19(3).
- Guedes, R.N. & Fonseca, R.M.G.S. da. (2011). A Autonomia como Necessidade Estruturante para o Enfrentamento à Violência de Gênero. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45(2).
- Leite, M.T. de S., Figueiredo, M.F.S., Dias, O.V., Vieira, M.A., Souza, L.P.S. & Mendes, D. C. (2014). Ocorrência de Violência contra a Mulher nos Diferentes Ciclos de Vida. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 1(22), 85- 92.
- Meneghel, S.N., Mueller, B., Collaziol, M.E. & Quadros, M.M. de. (2013). Repercussões da Lei Maria da Penha no Enfrentamento da Violência de Gênero. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 18(3), Rio de Janeiro.
- Minayo, M. C. S. (org) (1994). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. São Paulo: Editora Vozes.
- Pasinato, W. (2011). Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu Online*, 37, s/p.
- Pateman, C. O. (1993). *Contrato Sexual*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A.
- Retrato da Violência Contra a Mulher no RS. (2014). Disponível em: <<http://retratodaviolencia.org/RS/#santa-rosa>>.
- Rosa, R., Boing, A. F., Schraiber, L. B & Coelho, E. B. S. (2010). Violência: conceito e vivência entre acadêmicos da saúde. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 14(32), 81-90.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica, 1989. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Stecanela, N & Ferreira. P. M. (2009). Mulheres e direitos humanos: desfazendo imagens, (re)construindo identidades. *R. Inter. Interdisc. INTERthesis*, 6 (1), 151-178.
- Yin, R.K. (2001). *Estudo de Caso, planejamento e métodos*. 2. ed. São Paulo: Bookman.
- Zanella, E. L., Carvalho, M. A. F., Leite, M. F. E. & Amaral, V. A. F. (2015). *Femicídio: considerações iniciais do CAO-criminal*. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_criminal/Artigos/FEMINIC%C3%8DDIO%20-%20Considera%C3%A7%C3%B5es%20Iniciais%20-%20CAOCrim%20-%20Texto%20Final.pdf>.
- Zanello, V. & Silva, R.M.C. e. (2012). Saúde Mental, Gênero e Violência Estrutural. *Revista Bioética*, 2(20), 267 – 279.

- Zanello, V. (2008). Xingamentos: entre a Ofensa e a Erótica. *Fazendo Gênero Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.
- Zanello, V., Fiuza, G. & Costa, H.S. (2015). Saúde Mental e Gênero: Facetas Gendradas do Sofrimento Psíquico. Dossiê Políticas Sexuais e de Gênero no Contemporâneo. *Fractal, Revista de Psicologia*, 27(3).
- Silva, O.R.M. da; Lima, F.G. de & Mafra, V.A.S. de O. (2015). Algumas Considerações Acerca da Violência Doméstica contra a Mulher. *Revista Científica do ATPAC*, 8(2), Publicação 7.
- Zancan, N., Wassermann, V. Lima, G.Q. de. (2013). A violência Doméstica a partir do Discurso de Mulheres Agredidas. *Pensando famílias*, 17, 63-76.

ARTIGO 2**Religiosidade: influências no modo de vida rural.****Religiousness: influences of the rural lifestyle.**Bruna Janaina Schoier⁴Lissandra Baggio⁵Luthiane Pisoni Godoy⁶**RESUMO**

Este trabalho trata de uma pesquisa qualitativa exploratória, que busca identificar as influências que as crenças e a religiosidade apresentam sobre o modo de vida rural. A pesquisa foi realizada com famílias que residem no meio rural e são associadas a um Sindicato de Trabalhadores Rurais. Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada e o questionário sociodemográfico. A análise dos dados foi realizada por meio de Categorias. Ao longo trabalho, propõe-se discorrer sobre o papel da família e o meio rural, a atuação do psicólogo neste meio, bem como as crenças e a religiosidade no meio rural. A partir dos resultados encontrados na pesquisa, observou-se que existem influências da religiosidade no meio rural, no entanto, os entrevistados sabem que são necessários esforços próprios para que seus objetivos sejam alcançados.

Palavras-chave: Religiosidade; crenças; meio rural; família.

ABSTRACT

This is not only a qualitative research but also an exploratory research that tries to identify the influences that religion and beliefs have on the rural lifestyle. The survey was carried out with families living in rural areas and these families belong to the Rural Workers Union. Data was collected in a semi -structured interview and a socio-demographic questionnaire was used. Data

4 Psicóloga/Sociedade Educacional Três de Maio/RS <http://lattes.cnpq.br/9032818822737217> ;
Email: bruninha_jsch@hotmail.com;

5 Psicóloga; Docente Sociedade Educacional Três de Maio/RS; Três de Maio/RS;
<http://lattes.cnpq.br/3664756536231434>; Email: lis_baggio@hotmail.com.

6 Psicóloga/Sociedade Educacional Três de Maio/RS, Mestranda em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre/RS;
<http://lattes.cnpq.br/2486374323538077> ; Email: luthianepg@gmail.com.

analysis was done by categories. Throughout the research, the goal is to express the role of families, psychologist, beliefs and religion in a rural environment. According to the results found in this research, it was noted that there is an influence of religion in the rural lifestyle, however, the interviewees were aware of their own efforts and necessity to achieve goals.

Keywords: *Religiosity; beliefs; rural environment; family*

INTRODUÇÃO

Atualmente o meio rural está recebendo um olhar diferenciado dos profissionais da Psicologia. Meio este que por muito tempo passou despercebido aos olhos desta área de atuação. Nas últimas décadas surgiram novos temas a serem investigados no âmbito social, referentes à agricultura e ao mundo rural brasileiro, levando a uma maior reflexão sobre estes assuntos, até então pouco evidenciados. Não seria equivocado afirmar que o rural está no epicentro de um conjunto de mudanças que passam despercebidas aos olhos de vários setores da população e necessitam de uma atenção maior (Farris, 2002). De acordo com Martins (2010), o discurso contemporâneo apresenta visões diversificadas do que seria “campo” ou “rural” e cada uma dessas visões traz algumas marcas da evolução da sociedade brasileira.

Um assunto que gera muitas divergências de opiniões dentro da psicologia, e que se encontra presente no meio rural, é a religiosidade. A psicologia estuda o comportamento humano e a religião que cada um cultua também é um comportamento, que não deve ser deixado de lado e merece uma atenção especial, logo deve fazer parte dos estudos da psicologia, pois é um componente da constituição da subjetividade de todos os sujeitos (Farris, 2002; Silva, 2014).

De acordo com Farris (2002), o instituidor dos estudos relacionados à religião numa perspectiva psicológica foi Granville Stanley Hall, nos Estados Unidos, usando o tema em questão nas suas pesquisas. Num perspectiva geral, a preocupação inicial do autor não era a função ou o sentido que a religião tinha para o povo, mas sim os possíveis comportamentos religiosos. Nos dias

atuais, os papéis se inverteram, é levado em consideração qual a função da religião e o sentido em relação às atitudes da sociedade.

A crença religiosa influencia consideravelmente a forma como a pessoa vive, estando, assim, associada com um possível desapego, um investimento maior em fraternidade, com o intuito de ajudar na solução dos problemas humanos (Henning & Moré, 2009). Desta forma, apresenta-se a questão norteadora desta pesquisa, a partir da investigação de quais seriam as possíveis interferências, principalmente as negativas, da religiosidade e das crenças no modo de vida rural: as famílias acabam por se tornarem cômodas diante da situação em que se encontram e a religião seria um ponto de explicação para essa condição social; tornam-se vítimas de um destino pré-estabelecido por Deus, não tendo recursos necessários para modificar este contexto.

O Psicólogo no Meio Rural

Pensar o trabalho do psicólogo no meio rural cria a possibilidade de desconstruir conceitos das representações negativas impostas a esse contexto, como de povo “atrasado” e “sem conhecimento”, passando a se criar preceitos de auxílio e de entendimento da realidade dessa população, já que a Psicologia inicialmente foi voltada ao meio urbanizado e a uma realidade populacional grande. Nesse sentido, pensa-se na população rural como negligenciada, digna de um olhar psi e de uma intervenção maior, passível de uma ação baseada nas representações sociais do local e do meio rural (Silva, 2014). Martins (2010) aponta o trabalho junto ao campo como possibilitador de mudanças, como um espaço construtor de vivências e de vida, saindo dos limites geográficos e buscando o entendimento da construção social, simbólica e significativa do campo.

A formação em Psicologia, por vezes, impossibilita o contato do acadêmico com contextos rurais. Porém, com a reformulação dos currículos, ultrapassa a prática clínica e a aplicação de testes, chegando também à comunidade social (Martins, 2010). Ao sair dos limites urbanos, a Psicologia se insere nesse contexto realizando estudos e intervenções, bem como investigações sobre características e segmentos que constituem e compõem a realidade rural (Melo et al, 2015).

Albuquerque (2002) reflete sobre a inserção do psicólogo neste meio, bem como uma definição do rural hoje em nossa sociedade, na qual “o rural, ou a sociedade rural em uma primeira aproximação seria uma forma de vida que abarca todos os membros (...) que trabalham na agricultura ou em outras atividades diferentes.” (p.38).

O trabalho com grupos no meio rural é uma forma importante de intervenção. O psicólogo tende a trabalhar as subjetividades, por exemplo, de um grupo de mulheres, fomentando o autoconhecimento, discussões sobre assuntos mobilizadores e busca de autonomia e direitos (Vasquez, 2009). Assim, desconstroem-se paradigmas, como o de que por estar afastada, a população rural teria muita dificuldade em ter acesso aos serviços de saúde e educação. Reflexões e contextualizações sobre a área rural se fazem em torno do trabalho do psicólogo e da busca que este faz pela saúde psíquica e emocional dos sujeitos que residem no meio rural (Reis & Cabreira, 2013).

A família e o meio rural

Família é um sistema de organização complexo, que apresenta crenças, valores e práticas desenvolvidas, que estão diretamente ligadas às transformações da sociedade, sempre buscando um espaço melhor de adaptação que possibilite a sobrevivência de seus membros e da instituição familiar no geral. As mudanças no sistema familiar irão ocorrer à medida que a sociedade se modifica, assim, todos os seus membros do sistema podem ser afetados por influências internas e externas, acarretando transformações na família com a finalidade de garantir a continuidade e o desenvolvimento psicossocial de seus membros (Faco & Melchiori, 2009).

Falar de família no meio rural leva-nos a pensar numa análise da reprodução da agricultura, que por vários anos foi centralizada na propriedade rural ou unidade de produção agrícola. A dicotomia entre rural e urbano, agricultura familiar e patronal, aparece presente nos trabalhos acadêmicos. Contudo, novos fenômenos começaram a ser percebidos no Brasil, principalmente a partir dos anos 90, apresentando expressivas mudanças no que se refere à forma de ocupação das pessoas e a geração de renda das famílias rurais. Pesquisas sobre as transformações no meio

agrícola, com o objetivo de caracterizá-las para nortear políticas públicas, mostram a necessidade de modificar a forma de avaliar a sustentabilidade das unidades produtivas (Simioni, 2010). Junto a esta transformação pode surgir o êxodo rural, considerando-se os fenômenos de envelhecimento e o êxodo dos jovens rurais para os grandes centros. Os dois fenômenos unidos problematizam a reprodução social da agricultura familiar no campo, o que acarreta uma faixa etária da população rural acima de 40 anos (Schneider, 2006).

Dessa forma, com a legitimação da importância da agricultura familiar para a sociedade, Niederle (2009), citado em Simioni (2010), aponta que a crescente diversidade social, econômica e política do mundo rural determina que a ciência apresente novas perspectivas e enfoques teóricos capazes de explicá-la, sendo necessário preparar novos grupos de análise que contemplem as mudanças que estão em andamento nos espaços rurais.

Crenças e influências na vida do campo

A religiosidade no campo tende a aparecer como resposta às adversidades sociais, à injustiça, demonstrando desejos de mudança e uma intenção de ordem e união dos sujeitos (Melo et.al, 2015). Com o tempo e os estudos, as ciências humanas foram voltadas para o espírito, buscando a compreensão e a comunicação. Assim, a religiosidade entra como profundo objeto de estudo dentro da Psicologia. A religiosidade vem aparecendo gradativamente em estudos, salientando aspectos que facilitam ou dificultam a promoção da saúde (Henning & Moré, 2009).

Percebe-se que os rituais religiosos estão muito presentes no meio rural e, por vezes, podem organizar socialmente uma comunidade. Dentro desta, transformações da agricultura e adaptações podem ser regidas pela religião (Wedig & Menasche, 2009). Confirma-se, assim, a definição da religiosidade, como “uma consciência direta e imediata daquilo que transcende o intelecto e vontade, sujeito e objeto” (Farris, 2002, p.28). Farris (2002) aponta que a religiosidade rege e marca organizações e traços culturais da comunidade.

Valorizações da religiosidade, segundo Henning e Moré (2009), podem ser encontradas dentro das casas das famílias (e.g calendários, santos, imagens, bíblias). As festas também têm

papel fundamental nesse culto à religião e à religiosidade. Nas comunidades, as pessoas se encontram, alimentando os laços sociais entre a própria comunidade e outras, sendo a reciprocidade um ponto fundamental dentro da religião. Estes ritos, comportamentos morais e mitos permeiam e constituem a religião. Dessa forma, percebe-se a grande influência que a Igreja/Religião tem sobre os sujeitos, sendo capaz da reordenação de ideias e crenças, bem como na forma de viver de cada um, desempenhando um papel importante na constituição de cada indivíduo.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, que objetiva investigar as influências da religiosidade e das crenças no modo de vida rural, a partir da relação entre as crenças e a aceitação da situação em que estes indivíduos se encontram, partindo das informações apresentadas pelos sujeitos entrevistados. Buscou-se, por meio desta investigação, encontrar e compreender os significados da realidade do tema que foi pesquisado (Borges, Winter & Souza, 2013).

Participaram da pesquisa três famílias que são associadas a um Sindicato de Trabalhadores Rurais de duas cidades do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, residentes no meio rural. Os instrumentos utilizados foram questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada. Os dados foram obtidos nas dependências das propriedades das famílias que aceitaram participar da pesquisa.

Para a análise dos dados, utilizou-se o embasamento de Minayo (1994), que sistematiza a análise de dados de pesquisa por Categorias. Esta autora entende que, para a realização da análise, categorias são objetivadas, pautadas em classes ou séries. Desta forma, as categorias se configuram como únicas, podendo qualquer resposta obtida ser inserida em alguma categoria, porém, as mesmas devem ser exclusivas, não podendo haver respostas repetidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a identificação das famílias e preservação de suas identidades, atribuiu-se numeração a cada uma. Ressalta-se que das três famílias entrevistadas, em uma delas o casal respondeu em

conjunto às perguntas, nas outras duas, o casal esteve presente, porém a mulher respondeu sozinha aos questionamentos. Importante ressaltar, neste momento, que os casais nos quais somente a esposa respondeu ao questionário, a idade dos seus maridos não foi informada pelos participantes da pesquisa. Dessa forma, a tabela a seguir traz os dados sociodemográficos das famílias entrevistadas:

Tabela 1. Descrição das Famílias Entrevistadas

	FAMÍLIA I		FAMÍLIA II		FAMÍLIA III	
Gênero**	M	F	M	F	M	F
Respondeu o questionário	X	X	--	X	--	X
Idade	46	48	--	46	--	69
Escolaridade	Ens. Fund. Incompleto	Ens. Médio Incompleto	--	Ens. Fund. incompleto	--	Ens. Fund. incompleto
Religião	Católica	Católica	--	Católica	--	Católica
Praticante: sim ou não	Sim	Sim	--	Sim	--	Sim
Estado civil	Casado	Casada	--	Casada	--	Casada
Número de Filhos	2	2	--	2	--	5

**O gênero dos entrevistados estará contido na descrição das entrevistas enquanto F (feminino) e M (masculino).

Papel da família

De acordo com as entrevistas que compõem este estudo, foi unânime a concordância de que a função da família no meio rural, sua constituição e organização, seria o trabalho em busca de um sustento, sendo essa união que configura uma agricultura familiar. Assim, a entrevistada da família III expressa que família é: *“A união e o trabalho, tem que trabalhar junto para garantir o sustento”*.

Já a entrevistada da família II complementa, dizendo: *“Construir uma família onde eles vivem e trabalham né, é o nosso sustento, vem da roça, nós tiramos dali nosso sustento.”*. Mattei

(2014) afirma que desde os primórdios no processo de ocupação do território brasileiro a agricultura familiar tem uma grande importância nas atividades de geração de renda e emprego em nosso país.

Essa preocupação com o desenvolvimento e sustento dos integrantes do núcleo familiar e a importância de que todos trabalhem juntos, vem mostrar as dificuldades encontradas pelos pequenos trabalhadores rurais, o que se contrapõe à agricultura em grande escala. Vargas (2010) expõe que o modelo atual de desenvolvimento rural, no qual se destaca a produção em grande escala, tem maior interesse no crescimento econômico, o que gera problemas de ordem social e ambiental, como a falta de geração de empregos, a concentração de renda por poucos e, assim, um aumento considerável da pobreza, o que também acarreta uma migração desordenada da população para os grandes centros urbanos. Além disso, tais atitudes promovem o desequilíbrio ambiental, ocasionando diminuição na qualidade de vida da população, seja ela rural ou urbana.

A agricultura familiar sustentável, realizada pelos entrevistados, é o oposto disso, está preocupada com a preservação dos recursos naturais, utilização dos agrotóxicos de forma segura, o que produz alimentos mais saudáveis, sendo assim possuidora de uma base ecológica pela qual a produção se torna adequada, pois a sua capacidade de se renovar ou ser renovada não é afetada pelo mau uso de implementos e insumos. A produção agrícola familiar traz atributos que mostram sua força como uma modalidade privilegiada para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, pois apresenta uma tendência à diversificação, à integração de atividades vegetais e animais, e à produção em escalas menores (Mello, 2007, citado em Vargas, 2010).

Conforme a tabela sociodemográfica, verifica-se um baixo nível de escolaridade dos entrevistados, já que a maioria não tem o ensino fundamental completo. De acordo com dados do IBGE de 2009, um dos maiores desafios da sustentabilidade da agricultura familiar seria a baixa escolaridade dos agricultores.

Pôde se perceber que os entrevistados são relativamente jovens, o número de filhos é reduzido, o que mostra uma realidade diferente das famílias que viviam no meio rural nas décadas passadas que fortaleciam a agricultura familiar. Em relação à população rural é preciso levar em

consideração os fenômenos do envelhecimento e o êxodo dos jovens rurais para os grandes centros. Afinal, esses dois fenômenos unidos geram o problema da reprodução social da agricultura familiar no campo, já que sem atrativos para os jovens estes procuram sair em busca de novas oportunidades, o que resulta em uma faixa etária da população rural acima de 40 anos (Schneider, 2006).

A fim de garantir a continuidade da agricultura familiar é necessário criar novos espaços de participação, que mobilizem os jovens a permanecerem neste meio. Isso pode ocorrer por meio de maior acesso à educação, formação, lazer, valorização do meio rural, criação de oportunidades de trabalho/renda, que firmem o interesse desses jovens e não forcem a agricultura a depender somente de um integrante da família, tornando-a, muitas vezes, masculinizada, pelo fato do homem mais velho da família assumir essas atividades. A implementação dessas novas oportunidades no meio rural faz com que a qualidade de vida aumente, acarretando também um envelhecimento mais saudável da população, gerando, assim, continuidade e heranças de terras que permanecem no domínio da família por muitas gerações (Vargas, 2010).

A asseveração da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro se dá a partir de 1996, com o surgimento do PRONAF. Esse programa foi estabelecido como uma resposta às pressões do movimento sindical rural que o estado estava enfrentando desde meados dos anos de 1990, com a intenção de fornecer créditos agrícolas e um maior apoio institucional às camadas de pequenos produtores rurais que estavam sendo deixadas de lado das políticas públicas ao longo da década de 1980, tendo enfrentado enormes dificuldades para manter suas produções (Schneider, 2006).

Os avanços no meio rural brasileiro são visíveis dentro das últimas duas décadas, quando o estado optou por apoiar com maior empenho o setor produtivo denominado agricultura familiar, setor este que passou muito tempo sem uma atenção voltada para si, sempre às margens de ações de políticas públicas que geram o desenvolvimento do país (Mattei, 2014). A agricultura familiar se configura como meio de subsistência e lucratividade para as famílias que residem no meio rural,

estas famílias acabam ficando unidas por meio de laços não somente parentais, mas também de trabalho mútuo, em que todos devem desempenhar um papel específico dentro da produção das propriedades (Silva, 2014).

Cultuar e aceitar os rituais da religião

De acordo com Jung, citado em Xavier (2006), o conceito de religiosidade é frequentemente denominado como *ser participante de uma determinada religião ou profissões de fé*, na qual o indivíduo está inserido em ritos, celebrações, cultos, entre outros afazeres da religião pertencente, tendo suas raízes em práticas coletivas ou individuais. A religiosidade é tida como algo muito pessoal, é a expressão ou prática do crédulo relacionada à existência de uma instituição religiosa, que vai possibilitar a este experiências místicas, mágicas e esotéricas (Melo et al., 2015). Assim, estas questões que permeiam a religiosidade no meio rural, presentes neste estudo possibilitam notar a importância da religião neste meio, o que está presente na fala da entrevistada da família II: *“Religião é tudo, porque se tu não tem religião não tem nada, porque quanta coisa ruim acontece, pode olha, assim ‘ó’ aonde não tem Deus eu acho que ali é que acontece as coisas, não tem religião.”*

Verifica-se, pela fala da família II, que ter religião, ter a presença de Deus, é a garantia da ausência do mal, de coisas e acontecimentos ruins. Uma das questões apresentadas pelo cristianismo é a colocação de Deus como o todo poderoso, detentor da onipotência. Porém, a fé cristã acredita que o mal não é algo consciente de Deus e que acontece onde ele não está presente. Isso levou alguns filósofos como David Hume a questionar a sua onipotência e afirmar sua impotência para com esses fatos.

A entrevistada da família III afirma que: *“É pra que a gente se conserva como pessoas humanas dignas. É ter fé, e a fé é o caminho.”* Ainda acerca do conceito de religião, o entrevistado da família I aponta que: *“M: Cada um tem que ter fé em alguma coisa, se tu não tem um pouco de fé não consegue as coisas.”*

Em virtude da amostra ser totalmente católica, apoiada pelo catolicismo e questões teológicas, pode-se averiguar uma relação entre a fé e a razão. Enquanto a razão vem auxiliar metodicamente na descoberta de mistérios atrelados ao dia a dia do campo e social, a fé oferece o amparo quando não existem respostas precisas para determinados fenômenos e experiências realizadas. A fé e a razão, em harmonia, permitem uma realização maior do homem, que pode se tornar melhor tanto pessoal quanto socialmente. A fé é o ato de concordar com alguma coisa que não está evidente, que não está explícita. Ela proporciona para a razão uma maior agilidade e confiabilidade quando seu objetivo é encontrar uma solução e se guiar para a verdade. Entretanto, quanto mais a razão trabalhe para comprovar certos acontecimentos, apenas a fé é capaz de lhe firmar a aceitação de que não é possível ter tudo o que se deseja, e nem tudo ocorre como é esperado (Melo et al., 2015).

Esses aspectos são importantes para a população do meio rural que precisa lidar com o imprevisível da natureza, tendo que, muitas vezes, aguardar por condições climáticas que favoreçam sua produção e colheita. Nessas condições, recorrem muitas vezes à fé e evocam divindades para que os auxiliem de algum modo, nem que este seja a aceitação de uma baixa ou nula produção. As condições climáticas interferem diretamente em todas as atividades relacionadas ao meio rural, fazendo com que a população recorra a meios que vão além da razão, o que estimula a população a ser praticante da religiosidade e crente em Deus.

Farris (2002) afirma que a fé é constituinte da consciência humana e é desenvolvida junto com a personalidade de cada um, porém, apesar de serem entrelaçadas não são a mesma coisa. A fé seria uma experiência humana de lealdade e confiança, que pode dar poder, orientação, esperança e coragem para seguir em frente. Esta fé pode ser dedicada a Deus ou a outras entidades, como ideias, objetos ou alguma instituição, ela é universal, uma vez que está presente em todas as pessoas que praticam essa crença. Alguns sujeitos precisam de valores morais ou místicos, os quais possam lhe dar sentido e direção em sua vida. Ou seja, a fé, para aqueles que acreditam, vem de maneira intrínseca, apresentar sua fonte sempre em um Deus transcendente.

Quando entrevistados sobre a aceitação dos rituais, cultos e missas que a religião abarca, os participantes afirmaram que participam, na medida do possível, mas que não conseguem acompanhar tudo, pelo fato de que o trabalho no campo demanda um tempo maior, ou seja, a agricultura familiar exige que as famílias estejam “a postos” conforme os horários de trabalho junto aos animais, das condições climáticas, do tempo de colheitas e da falta de mecanismos que acelerem o modo de produção. Então, por vezes, precisam deixar de lado as questões de convívio social e interações com o grupo religioso. É o que se pode perceber na fala da entrevistada da família III: *“Olha enquanto que eu tô lá na religião escutando eu aceito, mas não posso praticar todos por falta de tempo, mas faço o possível pra estar sempre acompanhando a minha religião”*.

Todos os entrevistados afirmam que praticam essa religião como um legado deixado pelos pais, que vem de gerações, e não sentem a mínima vontade de mudar, como afirma a entrevistada da família II: *“Nunca pensei nisso”*, e complementa o entrevistado da família I: *“M: Não penso nisso”*.

Levando em consideração que a religião foi passada de pais para filhos, quando questionados sobre deixar legados e ensinamentos desta religião para seus filhos, todos afirmam que o fazem, que ensinam e incentivam a participar dos ritos e dogmas da igreja, mas que a religião não está mais sendo praticada com tanta devoção pelos jovens. Isso está presente na fala da entrevistada da Família I: *“F: Sim sempre, mas os jovens não estão mais praticando muito a religião. Poucos vão na missa todo final de semana. A gente faz o possível, mas é difícil. Não sei quanto tempo vou conseguir levar eles pra igreja. É diferente de anos atrás onde ir na missa era o programa do final de semana, nos dias de hoje tudo é mais fácil, eles querer correr e não se contentam com nada”*.

Essa diminuição na devoção religiosa pelos jovens vem ao encontro do que aponta Ribeiro (2004, citado em Henning & Moré, 2009), que verificou em seus estudos uma redução na prática de rituais, nas crenças e na pertença religiosa dos jovens, evidenciando que a cada nova geração, a iniciação religiosa está em um nível de prática inferior a da antecedente. Uma das possíveis razões para estar acontecendo esse fenômeno seria o distanciamento entre os ensinamentos morais das

igrejas e a cultura dos jovens sobre as mais diversas questões, sejam elas familiares, sociais ou sexuais.

A religião católica oferece aos seus seguidores um número considerável de Santos e imagens que são cultuados pelos fiéis como prova de sua devoção, criando fé e contato com algo transcendente (Bonfatti & Barros, 2016). As famílias entrevistadas afirmam ter objetos religiosos: Santos em gesso, rosários, capelas e praticar ritos dentro de sua própria casa, ou seja, rezar todos os dias invocando a proteção de Deus. Pode-se perceber esse aspecto na fala da entrevistada da família II: *“Sim nós temos a santinha, eu todas as noites deito e rezo, até que eu pego no sono, peço pra Deus cuidar das minhas meninas, daí eu rezo e pego no sono, imagina daí se tu não tinha religião, a quem tu ia pedir e recorrer.”* Complementando, a entrevistada da família III afirma: *“Tenho, nossa Senhora de Fátima, a mãe peregrina essas visitam a minha casa então eu tenho um santuário lá dentro de casa que me traz força, eu recorro a ele no desespero, quando acontece alguma coisa primeira coisa é Meus Deus, minha Mãe que é nossa senhora Aparecida, porque tu tem aquela coisa contigo que eles ajudam não sei se eu tô certa ou tô errada mas pra mim é por aí o caminho. Já tive provas que eles ajudam. Me acalmam, me tranquilizam, eu encontro um conforto na minha fé”*.

Em *“A Civilização e os Seus Descontentamentos”* (1930), Freud refere que a religião seria uma ilusão, tendo suas raízes no psiquismo humano, e a sensação de insegurança e proteção seriam uma das experiências essenciais do ser humano. Dessa forma, a religião seria vista como um mecanismo de defesa em relação às ameaças da natureza e em suas relações sociais. Neste ponto de vista, Deus aparece como um ser protetor, o detentor do poder, que é capaz de ajudar e minimizar situações de angústia e medo que são enfrentadas durante a vida, dando amparo e consolo nas horas difíceis, sendo assim, Deus é, para o homem, um exemplo do que um pai representa para um filho, relembrando situações edípicas.

Maciel e Rocha (2008) expõem em seus escritos que Deus seria a imagem idealizada do pai, na qual a criança busca proteção com o intuito de superar seus medos e desamparos. Esta ideia de

idealização, de um pai protetor que é onipotente, nada mais é que uma criação imaginária da criança, que se apresenta durante o auge do princípio do prazer, sem se confrontar com a realidade dura. A fixação nesta imagem, mesmo depois de adulto, é apresentada por Freud como ilusão, assim, ele diz que a religião teve suas origens a partir do desamparo da criança adiada para a idade adulta. Dessa forma, os adultos colocam Deus no lugar do pai protetor da infância e, este mesmo Deus, é visto como o pai todo poderoso, a quem se deve louvar e dar graças sempre em todos os lugares.

Importância e influência da religião na vida

Em relação à importância da religião e suas influências na tomada de decisões na vida dos entrevistados, as famílias foram unânimes ao responder que a presença e relevância são significativas. Afirmaram que a religião é crucial e a consideram nas tomadas de decisões do dia a dia, como aparece na fala da entrevistada da família III: *“Tem muita importância, a religião é a paz, o caminho para o futuro, considero muito a religião. Tenho muita fé desde muito nova, ganhei um santinho de um missionário e através deste santinho eu me habituei a rezar todos os dias”*. Complementa, ainda, a entrevistada da família II: *“Eu acho que é tudo, tem que ter, eu acho que é uma convivência na comunidade, tudo, porque onde não tem religião não funciona.”*

A religião faz parte da cultura e é organizada por mitos, rituais e comportamento morais, determinando alguns significados para as comunidades e tendo forte influência sobre a tomada de decisão do que pode ou não pode ser feito, o certo e o errado. De tal modo, ela se movimenta entre o que é novo e a sabedoria herdada do passado, sofrendo sempre o desafio de equilibrar os dois campos, como sendo um fator que mantém a cultura (Henning & Moré, 2009). Inclusive, a religião influencia de modo a facilitar as atividades e a convivência, conforme a entrevistada da família I aponta: *“Ela ajuda bastante, porque você vai com mais ânimo no trabalho, se tu acredita naquilo que tu faz né, tu vai com mais ânimo e a religião é o caminho. E também sem saúde tu não tem vontade de trabalhar, e se tu tem fé a saúde está ligada a Deus”*.

Os entrevistados da família I colocam o seu ponto de vista: “*M: Ela ajuda, porque se tu não tem assim fé daí fica complicado, eu acho que tem que ter.*” E sua esposa completa: “*F: Acho que ajuda sim, mas não pode ser dependente dela. Tem gente que é fanático, não dizer que são fanáticos mas assim que são mais ao pé da letra, que não podem perder uma missa que isso parece o fim do mundo, eu já não sou assim tão dependente, mas tem gente que se percebe que vivem pra religião. Porque se nós é pra fazer uma novena em casa sozinhos não fizemos. Antigamente era assim, mas hoje em dia não se tem mais tempo, é complicado hoje em dia, sabe...*”

Independentemente de qual seria o credo, o conhecimento religioso acentuado apresenta resultados na forma como a pessoa vive, sendo sempre atrelado a um desapego maior das coisas, a um senso de fraternidade maior, com comprometimento para resolver os possíveis problemas humanos, além de proporcionar um sentimento maior de alegria. Estudos sobre a experiência religiosa aliada ao crescimento pessoal de católicos asseguram que esta experiência favorece uma mudança individual que vai acarretar comportamentos diferentes, como maior tolerância nos relacionamentos interpessoais, inserção em grupos sociais, autoconhecimento e empatia (Henning & Moré, 2009).

Por meio de seus ritos e ensinamentos e encontros religiosos, a religião acaba unindo comunidades, que mantem diálogos e até confraternizações aproximando pessoas. É o que a entrevistada da família I expõe em sua fala: “*F e M: Às vezes não é possível participar de tudo, a gente não tem tempo, tem as coisas em casa que precisam ser feitas e depende os horários não tem como. Mas no possível sempre vamos nas missas, temos um grupo de famílias que fizemos os encontros e rezamos, e às vezes fizemos até uma confraternização, isso une, é bonito porque assim, às vezes tu nem tem tempo de ir até o vizinho e assim tu se reúne e conversa, é bem legal mesmo.*”

Neste sentido, a entrevistada da família II complementa: “*Sim ajuda, tu consegue ver isso aqui na nossa comunidade, se não tinha nossa religião o que seria, e assim olha como nós estamos bem aqui né, que nem grupo de família e tudo, que nem hoje em dia o pessoal faz, antigamente era diferente, eles iam se visitar muito, as famílias e visitavam, os vizinhos, hoje em dia ninguém vai*

mais, e daí quando a gente tem os encontros do grupo de família que nem nós temos o nosso, quando nós se encontramos a gente conversa, tem coisa pra conversar, mas não tem mais essa coisa de passear, um vizinho no outro, como era antigamente com nossos pais, e daí quando tem esses encontros do grupo de família a gente se encontra e, eu acho isso tão bonito, a religião une as famílias, os vizinhos.”

Leva-se em consideração a influência da religiosidade no comportamento das pessoas; averiguando sua infiltração nas questões de cunho social e cultural é possível perceber que esta não se restringe somente ao âmbito sociocultural e comportamental, está presente também nas questões constituintes do indivíduo. Assim, o religioso adquire uma função reordenadora das percepções de si e dos outros. O costume religioso não é somente um sentimento de autopercepção ou uma valorização dos objetos religiosos, envolve, também, questões que modificarão a personalidade do sujeito e do grupo em que vive, influenciando comportamentos de grupos religiosos (Henning & Moré, 2009).

Controle de Deus, fatalidade ou esforços diários?

Ao longo dos anos, com as influências do meio, as religiões, assim como outras áreas da nossa sociedade, sofrem algumas alterações. Algumas benéficas, outras nem tanto, de acordo com as famílias entrevistadas nesta pesquisa. Porém, é necessário que os indivíduos se adaptem a essas mudanças, mas sempre preservando os princípios básicos, dogmas e regimentos que mantem a sua integridade. A entrevistada da família III aborda em sua fala uma reflexão sobre estas transformações: *“Muda não muda nunca, mas ela modernizou como todas as coisas modernizam. Ela é mais aberta ao povo tem mais diálogo, não é mais tão severa, não é mais um segredo que não podia ser aberto como um livro fechado, hoje ela é um livro aberto basta só seguir e ela ajuda”*.

Levando em consideração a condição de todo poderoso e o papel que Deus representa, os entrevistados afirmam que Deus busca oferecer somente o melhor para seus fiéis e que Ele não castiga, mas que, por vezes, as coisas fogem do seu alcance e saem de seus planos, afinal se acontecesse somente o que Ele quisesse não teríamos tanto ódio e desunião no mundo, o que

evidencia a entrevistada da família I: *“F: Eu acho que não, que não tá tudo nos planos de Deus, porque eu acho que muitas coisas iam ser diferente daí, se fosse conforme Deus queria. Tantos assaltos, roubou, matam por qualquer coisa”*. A entrevistada da família II complementa: *“Mas ‘ó’, eu acho que não, porque às vezes são coisas assim e Deus não quer que seja assim, só que as pessoas fazem chegar nesse ponto, porque Deus sempre quer o melhor, ele não deseja nenhum mal, ou coisa assim pra ninguém”*.

Sobre as condições de vida, o controle de Deus e os esforços diários, os entrevistados afirmaram que nada é possível sem Deus, mas que não basta esperar que tudo aconteça sem nada fazer, é necessário ter fé, trabalhar e mentalizar o sucesso, para que tudo comece a dar certo e suas condições de vida, saúde e trabalho melhorem. Entretanto, não aparecem indícios da influência do fatalismo religioso, que faz com que as pessoas acreditem que seu sucesso ou falta dele esteja baseado exclusivamente em vontades divinas e não em seu trabalho (Andreasi, 2014). Assim, segundo as famílias entrevistadas, elas entendem que é necessário ir em busca de seu sucesso e trabalhar duro para isso.

A entrevistada da família I afirma: *“F: Eu acho que se eu fosse me sentar numa cadeira um dia inteiro e só pensa em Deus não ia ter nada, como diz o ditado do céu só cai a chuva, tu tem que se esforçar pra conseguir as coisas, essa é minha opinião. Ele tem sua contribuição, mas a gente também tem que fazer a parte da gente.”*

Sobre a questão da influência de Deus na agricultura, na colheita e no plantio, os entrevistados afirmam que não existe relação, que são questões climáticas que agem sobre este fator e que Deus não pode ser culpado por não terem uma boa safra. Apontam que a relação que existe entre estes pontos seria a força diária que Deus deposita neles por meio de suas orações, como afirma a entrevistada da família III: *“Ele não pode te ajudar fisicamente, mas se tu for trabalhar com fé rende mais, tu não desanima, então eu acho que tudo tem a ver. Mas ele também não pode controlar o clima, a natureza pra que tenhamos sempre safra boa, mas com certeza ele ajuda no que tá no seu alcance.”*

A entrevistada da família II complementa: *“Eu acho assim que é o clima, que faz isso né, que não tem como tu plantar e dizer Deus, me ajuda que eu vou colher, isso depende do tempo, não é questão de dizer Deus tu te vira né, quero colher tanto, isso é a natureza quem decide”*. Lima e Alves (2008) afirmam que a agricultura é uma atividade que dependente, em sua maior parte, de fatores climáticos e se houver alterações neste clima pode afetar diretamente a produtividade e o manejo das culturas, gerando consequências sociais, econômicas e políticas. Dessa forma, não existe influência direta de divindades neste ponto, é de entendimento dos entrevistados que a agricultura com boa produção depende de fatores variados, como o favorecimento do clima, esforços diários e a prática correta do uso de insumos agrícolas e plantio em épocas adequadas a cada produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre o meio rural, religiosidade, crenças e divindades é um campo desafiador e relativamente novo para a psicologia. A partir da busca do aprofundamento dos conhecimentos práticos sobre essas áreas e suas relações que este trabalho se concretizou. Este estudo teve como objetivo buscar no meio rural, a partir do contato com famílias que lá vivem, quais são suas perspectivas sobre as influências que a religiosidade e as crenças desempenham na forma como a população rural vive e encara os desafios diários de produção e sobrevivência no meio em que vivem.

Foi perceptível a importância que é dada para a família neste meio, seu papel está em auxiliar nos afazeres do campo e a união, que é vista como crucial para que a agricultura familiar se propague. A religião também é importante na vida das pessoas que habitam o meio rural e a fé é algo presente no dia a dia das pessoas, o que facilita e torna os desafios mais fáceis de serem cumpridos, dando voz à razão e entendimento dos problemas antes tidos como irreversíveis.

A partir dos resultados encontrados na pesquisa foi possível identificar que os entrevistados acreditam que Deus desempenha e tem um grande controle sobre suas vidas, mas que sem os

esforços diários para alcançar seus objetivos nada seria possível. Acreditam que Ele auxilia em questões relacionadas ao ânimo no trabalho, à saúde e à disposição, porém, não é única e exclusiva vontade de Deus as coisas que acontecem no mundo e no meio em que vivem. Seguem os ensinamentos de sua religião e praticam em suas casas e na comunidade, buscam forças na sua fé nos momentos difíceis e afirmam que nada seria possível sem a proteção divina. Acreditam que Deus guia seus passos para o correto e o melhor, mas que ele nada pode fazer contra as forças da natureza e as fatalidades a que o meio rural os expõem.

Não foram verificadas influências negativas na pesquisa, ou algo que pudesse prejudicar a saúde psíquica dos entrevistados. A forma com que seguem a religião e praticam seus ensinamentos se dá de modo saudável, sem afetar negativamente suas vidas. Acreditar em Deus e apegar-se na fé faz com que a esperança cresça e a solução de alguns problemas, que aos olhos da razão parecem irreversíveis, encontrem uma explicação e se não resolvidos, são aceitos como consequência de uma fatalidade e não um castigo.

Sendo assim, conclui-se que existe uma influência positiva da religiosidade e da fé e anula-se as possibilidades de pontos negativos desta fé sobre a população em questão, lembrando que os dados coletados não podem ser generalizados e se referem à população entrevistada. Espera-se com esse trabalho auxiliar e instigar outros profissionais que sentem interesse sobre este assunto.

REFERÊNCIAS

- Andrade, F. S. (2010). Relações de conhecimento entre fé e razão. Retirado do: <http://www.teologiaevida.com.br/2013/12/a-relacao-entre-fe-e-razao.html>
- Andreasi, D. (2014). Não é minha culpa: as consequências do fatalismo religioso brasileiro. Retirado do <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/nao-e-minha-culpa-as-consequencias-do-fatalismo-religioso-brasileiro/75867/>.
- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia Social e Formas de Vida no Brasil. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18(1), 37-42.
- Borges, J. L.; Winter, L. E. & Souza, C. D. (2013). *Pesquisa em Psicologia: Pressupostos Teóricos e Metodológicos*. Três de Maio: SETREM.

- Faco, V. M. G & Melchiori, L. E. (2009). Conceito de família: adolescentes de zonas rural e urbana. *Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções [online]*. São Paulo: *Cultura Acadêmica*.
- Farris, J. R. (2002). Psicologia e Religião: uma análise de práticas religiosas. *Revista Caminhando*, 7(1), 23-37.
- Freud, S. (1930). *A Civilização e os Seus Descontentamentos*. São Paulo: Penguin E Companhia Das Letras.
- Henning, M. C. & Moré, C. L. O. (2009). Religião e Psicologia: análise das interfaces temáticas. *Revista de Estudos da Religião*, 84-114.
- Hume, D. (1977). *Diálogos Sobre a Religião Natural*. São Paulo: Edições 70.
- Lima, M. A, & Alves, B. J. R. (2008). Vulnerabilidades, impactos e adaptação à mudança do clima no setor agropecuário e solos agrícolas. *Parcerias Estratégicas*, 27(1), 73-111.
- Maciel, K. D S., & Rocha, Z. J. B. (2008). Dois discursos de Freud sobre a religião. *Mal estar e subjetividade*, 8(3), 729-754.
- Mandu, E. N. T. & Silva, G. B. (2000). Recursos e estratégias em saúde: saberes e práticas de mulheres de segmentos populares. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 8(4), 15-21.
- Martins, A. M. (2010). A formação em psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. *Psicologia, Ensino e Formação*, 1(1), 83-98.
- Mattei, L. (2014). O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 45(1). 71-79.
- Minayo, M. C. S. (org) (1994). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. São Paulo: Editora Vozes.
- Melo, C. F.; Sampaio, I. S.; Souza, D. L. A; Pinto, N. S. (2015). Correlação entre religiosidade, espiritualidade e qualidade de vida: uma revisão de literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 447-464.
- Reis, R. G. & Cabreira, L. (2013). As Políticas Públicas e o campo: e o Psicólogo com isso?. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 33(num.esp.), 54-65.
- Silva, N. M. N. (2014). *Psicologia Da Religião: Uma Revisão Sistemática Da Produção Brasileira Nos Últimos 20 Anos. Trabalho de Conclusão de Curso*. Brasília: Universidade Católica de Brasília.
- Simioni, F. J. (2010). As inter-relações entre a família e o espaço rural e urbano: a determinação da renda familiar. *48º Congresso SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Retirado de: <http://www.sober.org.br/palestra/15/639.pdf>.
- Vargas, A. (2010). Agricultura Familiar e Sustentabilidade. *Sociedade e Desenvolvimento rural*, 4(1), 133-143.
- Xavier, M. (2006). O conceito de religiosidade em C. G. Jung. *Psico*, 37(2), 183-189.

Wedig, J. C. & Menasche, R. (2009). Dádiva e Reciprocidade: rituais religiosos e festivos na vida camponesa. *IV Congreso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural*. Argentina: Mar del Plata.

ARTIGO 3

Inserção do psicólogo no SUS: a perspectiva dos usuários

The insertion of psychologists in the SUS: the users' perspective

Fernanda Cristina Sartori⁷

Marta Lorentz⁸

Viviane Ritter⁹

RESUMO

A importância do profissional da psicologia junto ao Sistema Único de Saúde – SUS - brasileiro é enfatizada neste artigo, que resulta de pesquisa para trabalho de conclusão do curso de Psicologia. Tem-se como objetivo compreender a inserção da psicologia no SUS, destacando o papel do psicólogo para a saúde dos usuários deste sistema de saúde e, por intermédio do olhar deste usuário, verificar sua percepção do psicólogo no SUS. Nesta pesquisa, utilizaram-se os critérios de Bardin, a análise de conteúdo, adotando o método de pesquisa qualitativa exploratória. Busca-se a visão dos usuários sobre o trabalho do psicólogo no SUS, entendendo se há atendimento psicológico nas Unidades de Saúde. Aplicou-se a pesquisa a cinco usuários do SUS, frequentadores de uma ESF em um bairro de uma cidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, conforme critérios desta pesquisa. Destacou-se, também, o SUS, sua estrutura e a inserção do psicólogo no sistema de saúde brasileiro. Pode-se perceber que os entrevistados sabem da importância do papel do psicólogo e destacam a necessidade de sua disponibilidade nas unidades de saúde, pois realizam um atendimento mais próximo/íntimo com as pessoas, sendo parte imprescindível para um bom atendimento multidisciplinar. Verificou-se, também, que há pouca informação da população sobre a disponibilidade de um psicólogo nas unidades de saúde. Os entrevistados enfatizaram a relevância

7 Psicóloga/Sociedade Educacional Três de Maio/RS; <http://lattes.cnpq.br/2371850469778656>;
Email: fezinhatm@hotmail.com

8 Psicóloga; Docente Sociedade Educacional Três de Maio/RS; Três de Maio/RS;
<http://lattes.cnpq.br/2784466814524191>; Email: martalorentz@hotmail.com.

6 Acadêmica do Curso de Psicologia; Sociedade Educacional Três de Maio/RS; Três de Maio/RS;
<http://lattes.cnpq.br/2620796127332798>; Email: vivi.ritter@hotmail.com.

de uma equipe multidisciplinar nas unidades de saúde, pois o Sistema Único de Saúde é a única alternativa para a maioria dos brasileiros e um psicólogo na sua equipe poderá promover melhor qualidade de vida aos usuários deste sistema de saúde.

Palavras-chave: Psicólogo; Sistema Único de Saúde (SUS); usuários; Unidades de Saúde.

ABSTRACT

The importance of a psychologist at SUS- Unified Health System in Brazil is shown in this article, which is the result of a conclusion research of a Psychology course. This research has an objective to understand the insertion of psychologists in the SUS, highlighting the role of a psychologist for the health of the users of this national health system and, through the user's perspective, to verify their perception of the psychologist in SUS. In this research, the criteria of Bardin, the content analysis, were used, adopting the method of exploratory qualitative research. It tries to find out the patient's point of view about psychologist at SUS and if psychologists clinics are being held at the Health clinics. This research was done with five users of SUS that often go to an ESF in a neighborhood of a Northwest city in the Rio Grande do Sul State. It was highlighted the SUS, the structure and the insertion of psychologists in the Brazilian health system. It was noted that the interviewees know the importance of the role of the psychologist in the system and value the importance of the psychologist role and availability in the health clinics in order to perform a closer/intimate care with the people, being an essential part for a good multidisciplinary care. It was also verified that there is little information about the availability of a psychologist in the clinics. The interviewees also emphasized the importance of a multidisciplinary team in the health clinics as the Unified Health System is the only alternative for most Brazilians, and a psychologist in their team can promote better quality of life for the users of this health system.

Keywords: Psychologist; Unified Health System (SUS); users; Clinics.

INTRODUÇÃO

A assistência à saúde dos brasileiros é promovida, em sua essência, pelo Sistema Único de Saúde. Sua compreensão é importante para que se vislumbrem os seus avanços na promoção de programas e serviços comunitários, bem como na elaboração de projetos e promoção de políticas que apresentem resultados positivos para a população. A saúde é uma garantia constitucional do cidadão, assim como os serviços a ela inerentes (Zeppe, 2014). Destaca-se que a Constituição Federal de 1988 criou o Sistema Único de Saúde e sua estrutura hierarquizada e regionalizada, sob uma política social que trata da promoção da saúde, não somente como uma prática curativa, mas como ações de prevenção. Devido à importância do sistema de saúde brasileiro e sua abrangência, no presente estudo, tem-se como objetivo compreender a inserção da psicologia no SUS, destacando o papel do psicólogo para a saúde dos usuários deste sistema de saúde e, por intermédio do olhar deste usuário, verificar sua percepção a respeito do psicólogo no SUS.

Para o desenvolvimento desta temática, realizou-se uma investigação quanto à visão dos usuários sobre o trabalho do psicólogo no Sistema Único de Saúde em relação ao atendimento psicológico em uma Unidade de Saúde de um município da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, buscou-se ainda analisar o papel do psicólogo e suas contribuições para o SUS, conhecer sobre o Sistema Único de Saúde e relacionar as percepções dos usuários sobre o trabalho do Psicólogo e a importância que o atendimento tem dentro do Sistema Único de Saúde. Para tal, utilizou-se o método qualitativo-exploratório, com entrevistas, por intermédio de questionário semiestruturado (questões abertas e fechadas), devidamente autorizadas por meio de termo de livre consentimento e esclarecimento. O público alvo da pesquisa foi composto por cinco usuários do Sistema Único de Saúde, frequentadores de uma Estratégia de Saúde da Família de um bairro em uma cidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Estes usuários preencheram critérios estabelecidos para esta pesquisa.

Promove-se, neste artigo, uma abordagem sobre o profissional de psicologia no Sistema Único de Saúde, ressaltando-se o marco regulatório do SUS, seus usuários, categorias essenciais e a inserção do psicólogo nesse sistema. Também é abordado o método utilizado para a realização da pesquisa, bem como a análise dos dados obtidos com a pesquisa, realizada por meio da análise de conteúdo. O objetivo não é o de esgotar o tema, mas de demonstrar sua importância, motivando novas investigações.

Dos fundamentos

Em virtude da importância do profissional da psicologia frente ao Sistema Único de Saúde, tem-se a justificativa desta investigação por meio de questionário semiaberto. Sua orientação deu-se, primeiramente, a partir de uma experiência de estágio, na qual a demanda era alta e havia somente uma estagiária de Psicologia realizando atendimentos. Mesmo com a grande demanda, havia, por parte dos usuários, muita falta nas sessões agendadas e também era comum a desistência do tratamento após algumas sessões.

É importante também observar se a Unidade de Saúde oferece os serviços do profissional de Psicologia aos usuários, bem como encaminha os casos para o profissional psicólogo e como acontece a participação individual e comunitária nas questões da saúde. A integração do Serviço Psicológico na área pública se faz importante no momento em que os usuários necessitam de escuta, possibilitando a humanização dos atendimentos e perpassando a parte somente médica e de ênfase na doença, na qual se têm a percepção somente da patologia que o paciente está tratando e não suas angústias e desejos (Paulin & Luzio, 2009). Assim, busca-se compreender como o usuário entende o serviço da Psicologia e sua percepção sobre o trabalho desse profissional especificamente no SUS.

Para que se tenha a percepção do profissional da psicologia no SUS é importante compreender o Sistema Único de Saúde. Este sistema resulta de processos políticos mobilizadores da sociedade, buscando uma política nova e modelos de serviços e práticas de saúde também novos (Paulin & Luzio, 2009), envolvendo tanto a “medicina previdenciária e a saúde pública [...] de caráter preventivo” (Teixeira & Paiva, 2014).

Em 1988, a concepção trazida pela Reforma Sanitária tem uma remodelação, abordando a Constituição Federal um novo sistema de saúde pública. O Sistema Único de Saúde – SUS, regido pela Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990, então foi implantado. Nesta Lei, em seu Art. 3º, um novo conceito de saúde surgiu, tendo como características inerentes: “[...] a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País” (Brasil, 1990). Em seu parágrafo único, o referido artigo também traz que a garantia à saúde deve ser voltada à coletividade de forma ampla, garantindo-lhe condições adequadas de bem-estar, quer seja físico, social ou mental.

Os princípios basilares do SUS são a Universalização, Equidade, Integralidade, Participação Popular e Descentralização (Paulin & Luzio, 2009). Nota-se que a lei acima descrita apresenta a saúde e a doença também em seu aspecto psíquico. Então, todos os processos que constituem o sofrimento psíquico são produtos do convívio em sociedade; as causas podem ser sociais, culturais, econômicas ou, até mesmo, políticas, e não somente físicas ou orgânicas (Bredow & Dravanz, 2010). Isso possibilita um maior acesso da população à saúde, tanto na atenção básica quanto em serviços mais completos e complexos, sendo palco para a prevenção e promoção da saúde mental, abarcando sua complexidade.

Importa notar-se que este sistema é universal e garante a todos os brasileiros cobertura de atendimento de qualidade (Pontes *et al.*, 2009). A qualidade no atendimento não pode ser dissociada da inserção do psicólogo no SUS. A concepção de um novo sistema de saúde, pela Constituição Federal de 1988, trouxe a importância da relação entre a saúde, as condições de vida e a *psique* humana. Desse modo, as Estratégias de Saúde da Família - ESFs - foram criadas buscando formar profissionais que sejam capazes de atuar de acordo com a realidade do país (Romagnoli, 2006). Após a criação do SUS, houve um gradativo crescimento da valorização do profissional de psicologia, quer seja em terapias individuais em seu consultório, quer seja trabalhando de forma multidisciplinar. Para Bleger (1992), “[...] a função do psicólogo não deve ser basicamente a terapia

e sim a saúde pública”. O serviço de Psicologia, no contexto da Saúde Pública, vem se expandindo, adequando e contextualizando a prática e a teoria e promovendo, com sua intervenção, efeitos positivos dentro do Sistema (Paulin & Luzio, 2009).

As ações, no contexto da saúde pública, perpassam pelo profissional da psicologia na multidisciplinariedade do SUS. O sistema teve início na Era Vargas e embasava-se em operações militares; hoje é um direito e garantia do cidadão a uma saúde de qualidade (Freire, 2010). O início do século XVII traz as primeiras notas históricas de um Sistema de Saúde que emergia para salvaguardar a elite das doenças dos imigrantes europeus e escravos; não existia propriamente uma política de saúde, mas diversas medidas eram tomadas visando minimizar os problemas de saúde pública que afetavam a produção econômica e prejudicavam o comércio.

A maioria das doenças surgiu como resultado das péssimas condições de saneamento básico. Conforme Aguiar (2015), no início somente os nobres tinham acesso aos serviços médicos. Mais tarde surgiram as primeiras Casas de Misericórdia, as quais tinham como objetivo abrigar doentes, indigentes e viajantes que não possuíam acesso algum à assistência médica. Observa-se, nesse período, o nascimento da saúde pública e da Previdência Social, que incorporou a assistência médica para os trabalhadores.

Em 1986, tem-se o marco regulatório do SUS. Sua ideia inicial deu-se na 8ª Conferência Nacional de Saúde, recomendando no seu relatório a criação do SUS na Constituição Federal, promulgada em 1988. Sendo assim, a Constituição Federal traz Seção destinada especificamente à Saúde, inserida no Capítulo II do Título III, que trata da Seguridade Social e da Ordem Social, respectivamente. Preconiza, assim, em seu artigo 196, que a saúde é uma prerrogativa de todo e qualquer cidadão, ao referir tratar-se de um “direito de todos e dever do Estado” (Brasil, 2016).

Assim, todo o indivíduo inserido na comunidade é usuário do Sistema Único de Saúde, tendo direito tanto à prevenção e ao tratamento de doenças, vislumbrando a cura para determinada doença, quanto a tratamentos relativos a sua *psique*. O Ministério da Saúde, neste sentido, elaborou a Carta dos direitos dos usuários da saúde, expondo a universalidade dos serviços como primordial

ao SUS, destacando seis princípios básicos: 1) todos têm direito ao acesso ao sistema de saúde; 2) melhoria da qualidade dos serviços; 3) humanidade e não discriminação; 4) segurança e atendimento respeitoso; 5) responsabilidades do cidadão e do Estado; 6) gestão da saúde para a eficiência (Brasil, 2006).

Do mesmo modo, a psicologia comunitária traz princípios básicos para a sua atuação como a “integralidade, qualidade, equidade e participação social [...] a categoria *empowerment*, (emponderamento, fortalecimento) aliada ao desenvolvimento de processos de conscientização, participação e fortalecimento” (Silveira & Dias, 2013).

Desse modo, o Ministério da Saúde, por meio da portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008, criou o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Esses núcleos, que contam com a presença de vários profissionais de diferentes áreas do conhecimento (como assistentes sociais, fonoaudiólogos, nutricionistas, educadores físicos, farmacêuticos, terapeutas ocupacionais e psicólogos, entre outros) têm por objetivo ampliar a abrangência e o foco das ações da Atenção Básica, de maneira a garantir a plena integralidade no cuidado dos usuários que compõem o SUS (Brasil, 2008). De caráter contra-hegemônico, a forma de atuação dessas equipes parte das reflexões e críticas feitas pelos estudiosos da saúde coletiva à forma verticalizada e alienante com que se estruturam os serviços em saúde, tendo por base o matriciamento (Campos, 1999). Os apoiadores matriciais, como são conhecidos, têm por função, a partir da visão da clínica ampliada, promover uma relação dialógica entre profissionais e usuários e criar possibilidades de ações que garantam a integralidade do atendimento (Conselho Regional de Psicologia-SP [CRPSP], 2009). Apesar de algumas unidades básicas de saúde já contarem com a presença de alguns psicólogos em seus serviços, é nesse quadro de matriciamento e trabalho interdisciplinar que a Psicologia tem sido convocada, atualmente, a participar.

Assim, o profissional da psicologia no SUS tem a capacidade de atuar com o objetivo de ampliar as aptidões dos indivíduos, trabalhando-os em sua essência, bem como na sua interação com a comunidade. O trabalho do profissional da psicologia proporciona ao indivíduo tomar as

rédeas de seu destino para superar seus males, atingindo um saber crítico em detrimento de uma consciência demonstrada falsa. A inserção da psicologia no sistema de saúde promove um diálogo entre as ciências com o intuito de construir um plano de práticas para a saúde, o que possibilita um melhor atendimento à complexidade do indivíduo e seu adoecimento.

O psicólogo, no SUS, tem por objetivo, no plano do ideal, não só romper a dicotomia entre a saúde física e a saúde mental, mas, acima de tudo, buscar um diálogo com outros saberes, obedecendo, assim, ao princípio da integralidade do atendimento, com vistas a se pensar e a se construir propostas de atuação eficazes voltadas para as verdadeiras necessidades sociais. Esse novo olhar exige, assim, que o profissional da Psicologia assuma novas posturas tanto em relação à sua ideia de sujeito, visto agora como um ente ativo e participativo, como à ideia de sociedade, na qual a noção de coletivo deve permear suas práticas (Menengon & Coelho, 2007).

METODO

A pesquisa que originou este artigo foi realizada de forma qualitativa exploratória em uma Unidade de Saúde de um município da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. As entrevistas contaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os participantes do estudo foram usuários do Sistema Único de Saúde, frequentadores de uma ESF, escolhidos de forma aleatória. Dentre os critérios utilizados para a pesquisa, destacam-se: *critérios de inclusão* -ser usuário do SUS; estar cadastrado na ESF onde foi realizada a pesquisa; e aceitar participar da pesquisa e assinar o Termo de Consentimento; e *critérios de exclusão* -não utilizar o SUS; não estar cadastrado na ESF onde a pesquisa foi realizada; e não aceitar participar da pesquisa. Como *instrumentos* da pesquisa, foram utilizadas entrevistas, por intermédio de questionário semiestruturado (questões abertas e fechadas).

Para a coleta de dados utilizou-se como procedimento o consentimento da instituição e dos participantes. Na aplicação da pesquisa, foram explicados os procedimentos da pesquisa e coleta de dados, sendo devidamente aceitos. As pessoas puderam responder a pesquisa nesse momento, bem

como houve a possibilidade de se agendar um horário de acordo com a disponibilidade do participante.

Este estudo segue procedimentos éticos, tendo por base a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pela postura ética do profissional da Psicologia, atendendo as resoluções do Conselho Federal de Psicologia. Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética e aprovado sob o número CAAE: 55095116.1.0000.5342, garantindo o sigilo das informações e a guarda do material na Sala da Coordenação do Curso de Psicologia da SETREM, por um período de cinco anos, após o qual será incinerado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados foi realizada em categorias, subdivididas em classes ou séries, por meio da compilação de ideias, elementos e expressões coletados na realização da pesquisa. Realizou-se, assim, o exame das falas dos participantes, contemplando-as em sua essência e temas, trazendo a construção da análise.

As entrevistas deram-se por intermédio de questionário semiestruturado (questões abertas e fechadas). Assegurou-se a confidencialidade com a criação de nomes fictícios aos cinco entrevistados.

Tabela 1. Descrição dos Participantes

Nome	Idade	Características
Maria	40 anos	Ensino Médio completo Descendência alemã.
Joana	30 anos	Ensino Superior completo Descendência italiana
Pedro	23 anos	Ensino Fundamental completo Sem informação da descendência
João	54 anos	Ensino Fundamental incompleto Descendência alemã
Rita	37 anos	Ensino Superior incompleto Descendência italiana.

A média de idade dos entrevistados é de aproximadamente 37 anos, sendo 54 anos o mais velho e 23 anos o mais novo, em um grupo de dois homens e três mulheres, com escolaridades distintas, do ensino fundamental incompleto ao ensino superior completo.

As questões relativas à pesquisa foram introduzidas em categorias (Silva, 2016):

1) Conhecimentos sobre psicologia; 2) Atendimento por profissional de Psicologia; 3) Conhecimento sobre psicólogo na unidade de saúde; 4) Funções de um profissional de psicologia; 5) Necessidade de procura por um psicólogo; 6) Conhecimento em relação ao atendimento; 7) Importância do psicólogo no SUS; 8) Atuação do profissional de psicologia.

A categoria *conhecimentos sobre psicologia* descreve o conhecimento do trabalho desenvolvido por um profissional da psicologia, demonstrando sua ciência, pois a psicologia “está enquadrada na área das Ciências Humanas que são aquelas em que o homem é seu principal objeto de estudo” (Silva, 2010). Dentre os cinco participantes, quatro responderam sim, já ouviram falar sobre a Psicologia, sabendo sobre o trabalho do psicólogo de forma genérica.

Quanto ao *atendimento por profissional de Psicologia*, os entrevistados foram questionados se haviam sido atendidos por psicólogo ou estagiário da área, solicitando descrição desta experiência. Dentre os quatro participantes que responderam já ter conhecimento de Psicologia, destacam-se três que já tiveram a experiência de serem atendidos por um psicólogo. Estes afirmaram que as experiências oscilaram entre não tão boas e muito positivas. Demonstra-se que em sua maioria o tratamento foi positivo, ainda que não tenha sido detalhado. O psicólogo está cumprindo seu papel no SUS, auxiliando também na promoção do “envolvimento da população na tomada de decisão [o que] possibilita avançar na qualidade dos serviços e ações em saúde” (Martins *et al*, 2011).

Quanto ao *conhecimento sobre psicólogo na unidade de saúde*, destaca-se que ter um profissional da psicologia, seja psicólogo ou estagiário de psicologia, na unidade de saúde traz um diferencial ao atendimento prestado ao sujeito. Dentre os cinco participantes, três afirmaram ter conhecimento da presença de um psicólogo na Unidade de Saúde. Dentre os três que tem

conhecimento, Rita e Maria afirmaram que ficaram sabendo do serviço prestado, pois foram informadas pela Enfermeira responsável da Unidade, e João destacou que ficou sabendo por meio da Agente de Saúde durante uma visita domiciliar. Nota-se que é função do agente de saúde “servir de elo entre a unidade e comunidade” (Mendes, & Ceotto, 2011).

Sobre as *funções de um profissional de psicologia*, nota-se que seu papel é fundamental por olhar o paciente como um todo. Dos cinco participantes, apenas Pedro (que possui baixa escolaridade) não sabia a função do psicólogo.

A respeito da *necessidade de procura por um psicólogo*, ressalta-se a compreensão desse profissional que trabalha para a “recuperação, prevenção e promoção, bem como para a elaboração de políticas da saúde” (Pires, & Graga, 2009). Quatro entrevistados referiram que procurariam um psicólogo caso precisassem. Pedro respondeu negativamente.

Correlato ao *conhecimento em relação ao atendimento*, questionados se conhecem alguém que já fez tratamento psicológico no posto de saúde, três participantes responderam “sim”, enquanto Pedro e João afirmaram “não”. A maioria dos participantes respondeu ter conhecimento do trabalho desenvolvido e de pessoas que já foram atendidas. Sabe-se da importância do atendimento psicológico, no entanto, muitas vezes, pela falta de estímulo ou conhecimento do trabalho desenvolvido, ainda há muitas pessoas que não procuram pelo profissional.

No que se refere à *importância do psicólogo no SUS*, ressalta-se ser esta uma questão objetiva de múltipla escolha. Quatro dos entrevistados assinalaram “sim”, demonstrando a importância do atendimento psicológico. Pedro, por sua vez, assinalou “um pouco”. Nota-se que a “Psicologia ganhou um novo espaço de atuação, espaço esse consolidado pela conquista do SUS” (Freire, 2010). Trata-se, assim, de uma *importância positiva* do profissional da psicologia, destacado por Joana como “*multidisciplinar e que tem muito para contribuir com as outras áreas de atendimento. É um trabalho muito positivo e eficaz para as pessoas*”, bem como “*essencial, baseado na confiança e no sigilo. Seria ótimo se fosse ofertado para todos [...]*”, nas palavras de

Rita. Por sua vez, Maria destacou que é *“um trabalho diferenciado, não apenas a base de medicamentos, e sim da fala, aliviando as pessoas”*.

A atuação do profissional de psicologia é trazida na última pergunta que solicitava destaque aos pontos positivos e negativos da atuação de um psicólogo no posto de saúde. Como positivos, os entrevistados destacaram: sigilo, confiança, auxílio, alívio e paz. Os entrevistados ressaltaram não haver pontos negativos, relevando somente a importância do serviço prestado pelo profissional de psicologia, quer seja psicólogo ou estagiário da área.

Em relação aos pontos negativos, todos responderam não haver algo negativo para destacar, frisando a importância de um psicólogo na Estratégia de Saúde da Família. Assim, é possível interpretar que os participantes tem conhecimento sobre o trabalho realizado por um profissional de psicologia. Dessa forma, observa-se que é um trabalho essencial e, quando desempenhado de forma multidisciplinar, proporciona ao usuário do atendimento um processo de qualificação e diferencial, ampliando o atendimento usual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer em evidência a atuação do profissional de psicologia no Sistema Único de Saúde, pode-se entender o objetivo primordial deste estudo na promoção de uma investigação sobre o trabalho do psicólogo e a sua compreensão pelos usuários deste sistema.

Verificou-se que a Constituição Federal de 1988 trouxe de forma direta a necessidade de criação do sistema de saúde brasileiro, enfocando um novo olhar sobre o indivíduo e sua doença. O psicólogo, em suas intervenções, busca abarcar a integralidade do sujeito, em seus aspectos culturais e sociais, além do enfoque dado à saúde. O psicólogo possibilita a compreensão do sujeito sobre si mesmo e sobre a situação pela qual passa, encarando a dor como um processo.

Assim, por meio desta pesquisa pode-se destacar que os usuários do SUS sabem da importância do psicólogo e que podem a ele recorrer em momentos de angústia, de dor e ansiedade. Por outro lado, verificou-se por intermédio dos dados haver pouca informação da população sobre a

disponibilidade de um psicólogo nas unidades de saúde e pouco conhecimento sobre o real trabalho que um psicólogo desenvolve.

Vislumbrou-se que, em sua maioria, os entrevistados sabem da importância do papel do psicólogo e destacam a necessidade de sua disponibilidade nas unidades de saúde, pois realizam um atendimento mais próximo/íntimo com as pessoas, sendo parte imprescindível para um bom atendimento multidisciplinar.

Nota-se, por fim, que o tema é de suma importância, haja vista que o Sistema Único de Saúde se configura na única alternativa para a maioria dos brasileiros. Ter um psicólogo poderá promover melhor qualidade de vida aos usuários deste sistema de saúde. O psicólogo tem uma crescente valorização, pois é ele que fala ao âmago da alma, é ele quem apazigua os sujeitos no trabalho da equipe multidisciplinar, é a ele que cabe amenizar os conflitos, é ao psicólogo que cabe vislumbrar o sujeito em sua integralidade, como realmente é: um cidadão que merece um bom atendimento no SUS, pois deste atendimento pode depender sua vida.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, Z. N. (org). (2015). SUS-Sistema Único de Saúde: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. *Vittalle – Revista de Ciências da Saúde*, 2a. ed. São Paulo: Martinari.
- Bleger, J. (1992). *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>.
- Brasil. (2006). *Carta dos direitos dos usuários da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2016). *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- Bredow, S. G., & Dravanz, G. M. (2010). Atuação do serviço social na saúde mental: entre os desafios e perspectivas para efetivação de uma política intersetorial, integral e resolutiva. *Textos e contextos*, 9(2), 229-243.
- Freire, F. M. De S. (2010). *A Psicologia na Atenção Básica à Saúde: Uma Relação Dialógica com o SUS?* João Pessoa: UFPB.
- Martins, P. C.

- Cotta, R. M. M., Mendes, F. F., Priore, S. E., Franceschini, S. C. C., Cazal, M. M., Batista, R. S. (2011). De Quem é o SUS? Sobre as Representações Sociais dos Usuários do Programa Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(3), 1933-1942.
- Mendes, F. M., & Ceotto, E. C. (2011). Relato de Intervenção em Psicologia: Identidade Social do Agente Comunitário de Saúde. *Saúde Sociedade*, 20 (2), 496-506.
- Menegon, V. S. M., & Coelho, A. E. L. (2007). Psicologia e sua inserção no sistema público de saúde: um painel longitudinal de temas-foco publicados em periódicos brasileiros. In: M. J. Spink (Org.). *A psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica*, 175-205. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Paulin, T., & Luzio, C. A. (2009). A Psicologia na Saúde Pública: Desafios para a Atuação e a Formação Profissional. *Revista de Psicologia da Unesp*, 8(2), 98-109.
- Pires, A. C. T., & Braga, T. M. S. (2009). O Psicólogo na Saúde Pública: formação e inserção profissional. *Temas em Psicologia*, 17, 151-162.
- Pontes, A. P. M., Oliveira, D. C., Cesso, R. G. D., & Gomes, A. M. T. (2009). O Princípio de Universalidade do Acesso aos Serviços de Saúde: O Que Pensam os Usuários? *Esc Anna Nery Revista de Enfermagem*, 13(3), 500-507.
- Romagnoli, R. C. (2006). *A Formação dos Psicólogos e a Saúde Pública*. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 1(2), 01-15.
- Silva, G. (2010). O Método Científico na Psicologia: Abordagem Qualitativa e Quantitativa. *Portal dos Psicólogos*. Disponível em: <<http://Www.Psicologia.Pt/Artigos/Textos/A0539.Pdf>>.
- Silva, N. R. (2016). *Equipe Multiprofissional de Saúde*. Disponível em: <<http://Pt.Slideshare.Net/Naiellyrodrigues/Equipe-Multiprofissional-De-Sade>>.
- Silveira, K. G. B., & Dias, M. S. L. (2013). A Importância das Categorias da Psicologia Social Comunitária para as Práticas no SUS. *Ciência e Cultura*, 46, 235-249.
- Teixeira, L. A., & Paiva, C. H. A. (2014). Reforma Sanitária e a Criação do Sistema Único de Saúde: Notas sobre Contextos e Autores. *História, Ciências, Saúde*, 21(1), 15-35.
- Zeppe, M. A. (2014). *A Inserção do Psicólogo no Sistema Único de Saúde (SUS): Do Usuário ao Sujeito*. Santa Rosa: Unijuí.

ARTIGO 4**Caminhoneiro: um estudo sobre o adoecimento na profissão****Trucker : a study on the profession's illness**Bruno Afonso Neis¹⁰Laiza Francielli Bortolini¹¹Ana Paula Lemos¹²**RESUMO**

O artigo teve por objetivo abordar a temática do sofrimento no trabalho e, junto a isso, a profissão de caminhoneiro. A discussão teórica permeia o trabalho, o prazer e o sofrimento, as estratégias defensivas e o contexto de trabalho, bem como relaciona a profissão de caminhoneiro com o mal-estar social da atualidade. O estudo se baseia em uma pesquisa qualitativa exploratória, focada na análise de reportagens pesquisadas na internet, em transcrições das falas dos entrevistados e na revisão bibliográfica. Após a revisão e a análise dos documentários, realizou-se um estudo sobre a relação entre o sofrimento e o mal-estar no trabalho, avaliando o estresse e a depressão como pontos principais analisados nos documentários, com base na psicanálise e seus conceitos. Após, listaram-se aspectos considerados importantes para desenvolver o estudo sobre a relação entre estresse, depressão e o sofrimento gerado pela profissão. Isso se mostrou fundamental para o entendimento e afirmação dos estudos em Psicologia do Trabalho, que denotam o quanto as condições e situações enfrentadas pelo trabalhador têm grande influência em seu psiquismo, podendo desencadear patologias e o próprio sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Caminhoneiros; trabalho; adoecimento; mal-estar

10 Psicólogo/Sociedade Educacional Três de Maio/RS ;
<http://lattes.cnpq.br/8049327974262759> Email: bruno_neis@hotmail.com

11 Psicóloga; Docente Sociedade Educacional Três de Maio/RS; Três de
Maio/RS; <http://lattes.cnpq.br/3579377608048250>; Email: laizabortolini@yahoo.com.br

3 Psicóloga/Sociedade Educacional Três de Maio/RS; <http://lattes.cnpq.br/3579377608048250>;
Email: anapaula.sophie@hotmail.com

ABSTRACT

The objective of the research was to show the struggles of truck driving professionals at work . The study is based on the work, the pleasures and the struggling of this profession, the defensive strategies and the context of work, as well as relates the truck driving professional with the current social unrest. The study is based on an exploratory qualitative research, focused on the analysis of reports researched on the internet, in transcriptions of the interviewees' speeches and in the bibliographic review. After reviewing and analysing all the information taken into account, a study that considered the struggles, discomfort, level of stress and depression as main points in the analysis, always using the psychoanalysis concept. At last, all the main ideas were listed, so the study about the stress, depression and the struggles that people in this profession go through. These points were fundamental for the understanding and comprehension for studies in working psychology. This kind of psychology shows how much a daily life in this profession can affect the psychological, and later on the development of illnesses and self-harm.

Keywords - *Truck drivers; work; illness; indisposition*

INTRODUÇÃO

Este estudo teve por objetivo verificar o sofrimento que o trabalho pode gerar no sujeito caminhoneiro a partir de uma revisão bibliográfica e da análise de reportagens sobre a profissão caminhoneiro. Inicialmente, far-se-á um resgate histórico sobre o trabalho, bem como uma explanação sobre os contextos do trabalho, as estratégias defensivas que o trabalhador desenvolve e considerações sobre a profissão de caminhoneiro. Considerando a dimensão que o trabalho tem na sociedade atual, estudos neste espaço tornam-se relevantes, pois o mesmo se constitui um lugar essencial na construção da identidade do ser humano. Espaços coletivos de trabalho que não prezam a flexibilidade, a mobilidade e o bem-estar de seu servidor, acabam por contribuir e gerar sofrimento deste que colabora para o seu crescimento (Pertile, 2012).

O avanço do individualismo, que trouxe a decadência do tecido social, minando a cooperação, o reconhecimento e os espaços de convívio são agravantes do sofrimento. Além disso, os métodos de avaliação individualizada também contribuem para o aumento da competição e para a desestruturação da rede de solidariedade e cooperação. O desencadeamento de doenças psíquicas e somáticas se dá pelo fato de os trabalhadores estarem cada vez mais isolados e solitários, o que intensifica o sofrimento (Vieira, Mendes, & Merlo, 2013). Segundo Resende, Souza e Silva (2010), no decorrer dos anos, as pessoas cada vez mais encontram exigências no seu ambiente de trabalho. Geralmente estas exigências estão relacionadas às grandes demandas em conjunto com o limite de tempo para executá-las. Essas condições acabam, por sua vez, afetando o bem-estar físico e emocional dos trabalhadores.

Segundo Dejours (1994), o prazer do trabalhador provém de uma descarga de energia que o trabalho lhe proporciona, ocasionando a diminuição da carga psíquica do trabalho. Já o sofrimento tende a aparecer quando a atividade prazerosa não lhe é livre. Se a atividade desempenhada proporciona a diminuição da carga psíquica, ela é considerada equilibrante, porém, se o trabalho aumentar essa carga, ele passa a ser fatigante, gerando acúmulo de energia e desprazer, o que pode resultar em uma patologia.

O Trabalho: História e Contemporaneidade

Trabalho, segundo o Dicionário Aurélio, significa “atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento (Ferreira, 2008, p.783). Vieira, Mendes e Merlo (2013) apresentam uma linha histórica sobre a definição de trabalho. As primeiras dessas definições surgiram na Grécia, ligadas ao conceito de manutenção e materialidade, sendo, por exemplo: casa, plantação, muros. Também, historicamente, entende-se que desde os primórdios o trabalho se fez presente, por exemplo, 8.000 anos a.c., com os coletores e caçadores, a influente agricultura em países como a China e a Índia, a relação servil na Idade Média e o trabalho escravo (Zanelli, Borges-Andrade & Bastos, 2004).

A noção de trabalho, conforme Marx (1895), dá-se num processo entre o homem e a natureza. Modificando a natureza, o homem modifica a si próprio. Assim, o trabalho explica o homem como um ser social, fazendo parte da vida do homem; o trabalho do homem modifica o meio em que vive e suas relações com a natureza. Assim “por meio do trabalho, o ser humano evita os males do ócio, a tendência à preguiça e ao vazio do espírito.” (Vieira, Mendes & Merlo, 2013, p. 244).

O trabalho constrói laços e cria relações entre o indivíduo e aqueles com quem ele se relaciona em sua atividade laboral. Assim, entende-se que o trabalho não se limita a produzir algo, mas envolve várias questões sociais do sujeito que influenciam direta e indiretamente sua vida (Dejours, & Gernet, 2011).

Mudanças sobre o conceito e definições de trabalho foram se delineando ao longo do tempo, saindo da restrição de que trabalho é apenas atividade braçal e manual, abrangendo também o intelectual. Com o surgimento do capitalismo, ocorre a mudança sobre a reflexão de trabalho (Zanelli *et al.*, 2004). Essa mudança se constrói na medida em que as configurações do capitalismo influenciam a sociedade, assim, as relações de trabalho e vínculo são facilitadas por meio de tecnologias.

Um fenômeno atual nos espaços de trabalho é o chamado capitalismo flexível, que tem como características uma maior cobrança sobre o trabalhador. Espera-se que os sujeitos desenvolvam diversas habilidades, que sejam flexíveis, assumam riscos e que deem resultados em períodos curtos de tempo. Essa cobrança pode criar incertezas e ansiedade, visto que ao esperar um retorno imediato dos sujeitos compromete-se o surgimento de laços duradouro se, por consequência, tende a(re)produzir relações instáveis (Jilou, 2013).

Prazer e Sofrimento no Trabalho

Falar da saúde é sempre difícil. Evocar o sofrimento e a doença é, em contrapartida, mais fácil: todo mundo faz. Como se, a exemplo de

Dante, cada um tivesse em si experiência suficiente para falar do inferno e nunca do paraíso (Dejours, 1992).

Estudos sobre o adoecimento do trabalhador iniciam na década de 60, colocando em xeque a estruturação do capitalismo, que até então priorizava a produção e a tecnologia. A mão de obra explorada chega ao seu ápice, pois se tornavam recorrentes os acidentes de trabalho e os desgastes dele oriundos, além de doenças físicas e psicológicas (Vieira, Mendes, & Merlo, 2013). Dejours (1992) define o sofrimento como uma abordagem entre a doença mental descompensada e o conforto psíquico.

O trabalho pode ser considerado fonte de prazer, assim como de sofrimento, sendo que um não exclui o outro. Prazer e sofrimento são indissociáveis e o trabalho se constitui para transformar o sofrimento em prazer, de acordo com as questões sociais, políticas e éticas da organização e dos processos de trabalho em questão. A organização do trabalho e a história do sujeito podem resultar tanto em prazer quanto em sofrimento, sendo que o prazer resulta da vitória sobre a resistência do real. “Por organização do trabalho designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa [...], as relações de poder, as questões de responsabilidade, etc.” (Dejours, 1992, p. 25).

Para Vieira, Mendes e Merlo (2013) quando o sujeito se depara com a relação entre o prescrito e o real, este experimenta a sensação de fracasso e vivencia o sofrimento do não saber fazer, sendo que inicialmente adota uma posição passiva, marcada pela raiva e pelo desânimo. Essa sensação de fracasso coloca em risco sua identidade, sua competência e o seu saber fazer. Nas últimas décadas o sofrimento no trabalho tem se agravado e se tornado patogênico. O prazer e o sofrimento, segundo Curado (2013), são subjetivos e indicam a experiência do sujeito frente aos seus fracassos e conflitos dentro do seu trabalho.

Dejours (1994) aponta dois tipos de sofrimento: o criativo e o patogênico. O criativo baseia-se na transformação; transformação do sofrimento em criatividade, que culmina em torno da saúde, preservando a identidade do sujeito. Já o sofrimento patogênico é desencadeado no momento em que a adaptação e o ajustamento do sujeito à organização do trabalho não conseguem mais se

desenvolver e a relação com a organização começa a ficar bloqueada. Assim, quando a criatividade não consegue envolver a transformação do sofrimento, quando o sujeito não consegue criar formas de modificar esse sofrimento, ele se torna patológico. Mas, para não adoecer, o trabalhador utiliza mecanismos para se manter com saúde, chamados de estratégias defensivas.

Contextos do Trabalho

Dejours (1994), em seu escrito “A Psicodinâmica do Trabalho”, referencia os conceitos de trabalho prescrito e trabalho real. O trabalho prescrito, como tarefa, desenvolve-se no taylorismo, no final do século XIX. Nesse modo de produção procurava-se controlar tempo, regra e movimento, sendo um trabalho operatório. Já o trabalho real é aquele no qual não basta somente a técnica, não depende do conhecimento, mas vai além, como experiência: é tudo o que possa ser imaginado, rearranjado e ajustado, para levar em conta o real do trabalho, pois toda a organização do trabalho provém de conflitos.

No entanto, não somente as condições de trabalho favorecem o sofrimento psíquico do trabalhador, as relações no trabalho têm importante função no desenvolvimento psíquico do ser humano. O relacionamento interpessoal, segundo Moscovici (1995), é um processo e, por isso, pode variar no espaço, no tempo e no contexto. Dentro dos relacionamentos interpessoais, o poder está inserido. O poder sugere uma capacidade de formar comportamentos a fim de obter um resultado, capacidade que uma pessoa tem de influenciar e controlar outras pessoas. Um indivíduo tem mais poder do que o outro em relação ao contexto, à personalidade e às maneiras de utilizar e manifestar essa dominação (Pertile, 2012).

Estratégias defensivas

Estratégias defensivas são mecanismos utilizados pelos trabalhadores para diminuir seu sofrimento frente ao trabalho. Em “A Loucura do Trabalho”, Dejours (1992) dá exemplos do sofrimento revertido em forma de estratégia defensiva, com trabalhadores que desafiam o perigo e desafiam os riscos, exibindo uma posição corajosa, assim como os caminhoneiros. A análise desse comportamento apontou que esses trabalhadores se colocavam em perigo, para que, desta forma,

continuassem a trabalhar. Se refletissem sobre os riscos, provavelmente ficariam tão transtornados que não continuariam no trabalho.

Conflitos entre o funcionamento psíquico e a organização do trabalho podem ser revertidos em fonte de sofrimento e, para o enfrentamento deste sofrimento, as estratégias defensivas são criadas, organizadas e gerenciadas. Essas defesas possibilitam a modificação da visão que os trabalhadores têm daquilo que os fazem sofrer. A rigidez de determinadas atividades faz com que os trabalhadores busquem minimizar a pressão que sofrem. É um processo mental, que não modifica a realidade da patogenia imposta pela organização (Dejours, 1994). Dessa forma, as estratégias defensivas auxiliam os trabalhadores a lidar com o sofrimento sem adoecer; possibilitam que os trabalhadores entendam seu sofrimento e consigam a estabilização de seu psiquismo, promovendo a mudança, além de auxiliar na coesão e na construção de um coletivo de trabalho (Dejours, 1994).

Sofrimento do trabalhador na profissão de caminhoneiro

Resende *et al.* (2010) aborda sobre a questão do estresse relacionado aos profissionais da área de transportes rodoviários. A matriz de transporte nacional se mostra desbalanceada, principalmente quando se leva em conta que o Brasil é um país de grandes dimensões. Assim, a importância deste trabalhador aumenta e a produtividade e a segurança do modal rodoviário dependem do ambiente de trabalho desses motoristas. No entanto, o motorista estressado e insatisfeito na sua profissão afeta diretamente a eficiência da cadeia de suprimentos.

De acordo com o autor, em geral, o caminhoneiro brasileiro é um profissional que não tem segurança e conforto, alimenta-se mal, dorme na boleia do caminhão e percorre longas distâncias. Consequentemente, apresenta baixa autoestima, além de ter um sentimento de marginalização, o que se configura num problema social para o país. Dejours (2004) afirma que o sofrimento do trabalhador se torna, de certa forma, um ponto de partida, não sendo apenas consequência do real, mas sim, um tempo de ampliação, pois se constitui como uma proteção da subjetividade, partindo da premissa de que se devam buscar meios e maneiras de transformar o sofrimento e superar a resistência do real.

A jornada de trabalho desse profissional é frequentemente longa, com sono de baixa qualidade e exercícios físicos insuficientes. Isso acontece porque os caminhoneiros atuam de forma preponderante para o crescimento econômico do país, transportando todo tipo de mercadorias para atender às necessidades da sua população (Taylor & Dorn, 2006, citado em Resende *et al.*, 2010). Desta forma, esses profissionais se encontram vulneráveis às desordens psicológicas, tendo muitos desejos depositados sobre si, devido a essas situações particulares de estresse inerentes à profissão.

O Brasil tem um dos valores de fretes rodoviários mais baratos do mundo, sendo o valor médio pago pelos fretes muito inferior aos custos incorridos. A consequência disso é a redução das manutenções nos veículos, um aumento na jornada de trabalho, excesso de velocidade e carga, entre outros (Resende *et al.*, 2010). Resende *et al.* (2010) compreende que a economia de mercado está influenciando o trabalho dos caminhoneiros. Isso tudo refletido em baixa escolaridade e qualificação, levando, conseqüentemente, a uma baixa remuneração e a condições precárias de trabalho. A falta de segurança, juntamente com os fatores trazidos nesta pesquisa, permite-nos entender o porquê deste caminhoneiro ter de se utilizar de rebite e outras substâncias para se manter acordado. Isso aumenta o risco de acidentes e gera, de certa forma, uma marginalização da profissão (Resende *et al.*, 2010). Dejours (2004) entende que a subjetividade deste trabalhador é uma ampliação, ou seja, uma busca por modos de transformar o sofrimento e superar a existência do real. Medeiros (2013) contribui afirmando que a subjetivação no trabalho pode levar à vivência do prazer, mas dependerá do sujeito, e se ela for desconsiderada e bloqueada favorecerá a vivência do sofrimento e da somatização.

O mal-estar contemporâneo e relações com o trabalho – estresse e depressão

Vieira, Mendes e Merlo (2013) apontam que a potencialização do sofrimento pode levar à depressão, ao estresse e à desestabilização, que pode provocar uma crise de identidade. Isto faz com que o sujeito passe a duvidar de sua capacidade e competência, atingindo sua identidade. Esse processo de fragilização pode abrir caminho para a manifestação de patologias, psíquicas e/ ou somáticas, o que caracteriza o sofrimento como patogênico. O estresse é pessoal, porém, provém e

se manifesta de maneiras diferentes. Pode servir de estímulo para seguir adiante ou pode gerar sofrimento, deixando o sujeito prostrado, sentindo-se incapaz e revelando sintomas físicos e psíquicos (Resende *et al.*, 2010). Assim, Jacques (2003), citando Dejours (1988), afirma que o trabalho é uma porta de entrada para o sofrimento e a doença mental, atuando como um espaço intermediário, uma vez que o trabalho é um ambiente gerador de angústias e de recursos defensivos simultaneamente.

Chemama (2007) afirma que a clínica individual responde ao que se passa na clínica social. A histeria era o que se tinha de mais evidente enquanto patologia psíquica no século passado. Pode-se dizer, então, que a patologia psíquica mais evidente na atualidade é a depressão. Desta forma, acredita-se que esta patologia está relacionada com as mutações sociais que a humanidade vem sofrendo. Segundo Chemama (2007), o depressivo sente uma dificuldade frente ao tempo, é como se o tempo fosse sempre o mesmo, ou seja, o passado e o futuro se apagam em um presente contínuo. Segundo Hartmann (2007), o sujeito não consegue mais fazer planos para o futuro, como também não conta sobre sua vida passada, a qual contém momentos históricos, marcantes e subjetivados. Quando este sujeito fala de sua depressão de forma clara, ou seja, sabe o motivo pelo qual está deprimido – por exemplo, pela morte de algum familiar ou pela perda do emprego - trata-se de apenas um estado depressivo, diferentemente da depressão enquanto estrutura psíquica, caracterizada por um desinvestimento radical da vida.

Desta forma, pode-se perceber que as diferentes etapas da vida diminuem, dando lugar à busca da idade imutável. Diminui-se o tempo da infância, em que as crianças se tornam adolescentes mais cedo e se evitam, de várias maneiras, as marcas da velhice: é como se quisesse parar o tempo; e esta impressão de tempo parado diz respeito à depressão (Hartmann, 2007). Chemama (2007) defende que é o fato de não ter sustentado seu desejo como convinha o que leva um sujeito a estar deprimido. Desta forma, a depressão não se caracteriza por um estado de tristeza qualquer, o desinvestimento na depressão é algo muito radical.

Para Hartmann (2007), a depressão se refere a uma determinada estrutura psíquica, porém na psicanálise não se considera como uma estrutura clínica como a psicose, a neurose ou a perversão, uma vez que a depressão pode ocorrer tanto em sujeitos neuróticos, quanto em psicóticos ou perversos. Porém, uma das particularidades da depressão hoje são os medicamentos antidepressivos, sendo que estes medicamentos são os mais vendidos no mundo. O problema é que muitas vezes utilizando esses medicamentos as pessoas passam a se achar verdadeiramente doentes e, assim, acabam precisando de um medicamento para conseguir enfrentar a vida, assumindo o fato de serem impotentes e mostrando a falsa potência medicamentosa.

Levi (2003, citado em Pereira & Zille, 2010) aponta que atualmente o estresse está relacionado ao social e a uma alteração sociocultural, o que influencia o mecanismo psíquico e modifica as condições em que o indivíduo se insere. Consequentemente, provoca mudanças no mecanismo biológico e psíquico do sujeito.

O estresse psicológico, segundo Lazarus e Folkman (1984, citado em Jacques, 2003), é definido como uma relação prejudicial ao bem-estar, que ocorre entre a pessoa e um determinado ambiente. Pereira e Zille (2010) expõem que o estresse está entre as causas mais importantes que contribuem no desenvolvimento de diversas doenças e disfunções psíquicas entre os trabalhadores. As consequências envolvem desde os problemas relacionados à saúde física e os custos que afetam as organizações até a economia do estado como um todo, gerando angústia no trabalhador. Entretanto, segundo Fialkoskiet al. (2010), a falta de angústia não significa que o trabalhador está em plena saúde mental, pois as pessoas não vivem somente de satisfações, mas de desejos também, que os façam ter metas e objetivos. Quando esses desejos não são mais possíveis, as decepções acabam surgindo e o vigor se perde, ocasionando sofrimento.

MÉTODOS

Essa pesquisa utilizará o enfoque da abordagem qualitativa exploratória que, de acordo com Borges, Winter e Souza (2013),

Tem como objetivo compreender o fenômeno a ser pesquisado a partir do quadro referencial dos próprios sujeitos de pesquisa, ou seja, busca-se através da compreensão subjetiva de um indivíduo ou grupo os significados e a realidade de determinado tema. Trata-se de um estudo interpretativo de um problema ou tema específico, o qual considera que as representações do mundo são sempre medidas pelas nossas interpretações (Borges *et al.*, 2013, p. 31).

Desse modo, as autoras ainda salientam que a pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que sempre é realizada com o foco em uma visão e que a pretensão de neutralidade do pesquisador é falsa. Assim, o presente estudo parte da abordagem teórica psicanalítica.

Instrumentos e Procedimentos

Para a realização da pesquisa foram utilizados documentários retirados da internet que visam entrevistar e acompanhar a rotina dos caminhoneiros, mostrando as condições nas quais trabalham e suas dificuldades. Foram transcritas, destes documentários, algumas falas consideradas relevantes. Desta maneira, não foi necessário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os documentários foram acessados no primeiro semestre do ano de 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Documentários, reportagens e a profissão de caminhoneiro.

Para a realização deste estudo, foram analisadas cinco reportagens, todas abordando a rotina e o trabalho do caminhoneiro. Algumas falas, presentes nas reportagens, foram transcritas para facilitar o entendimento da relação entre a teoria abordada anteriormente com os relatos dos profissionais caminhoneiros. Programas como o *Profissão Repórter*, da Rede Globo, e o *Domingo Espetacular*, da Rede Record, abordam temas importantes em suas matérias, e a rotina e a vida dos caminhoneiros foram um dos temas apresentados pelos jornalistas.

Dessa forma, partindo do estudo teórico, do entendimento e da transcrição das reportagens, e percebendo a importância deste tema em nossa sociedade e na psicologia, organizaram-se os pontos principais que denotam como o motorista sofre as consequências de seu trabalho.

1. Rotinas, madrugadas sem dormir e uso de substâncias

“Pra vencer o desafio de entregar a carga a tempo, os motoristas se rendem a uma rotina perigosa. Cruzam madrugadas sem dormir.” (Repórter 1, Domingo Espetacular, 2015). Com esta fala, pode-se fazer a relação da definição de trabalho com aquilo que o profissional caminhoneiro faz, a capacidade de refletir e reagir às situações, por exemplo, é afetada no momento em que as horas de sono são reduzidas consideravelmente, diminuindo a capacidade de concentração e a atenção do motorista no trânsito. O sofrimento, desta maneira, é considerado patogênico, pois os recursos defensivos findam e o fracasso e o adoecimento permeiam a vida desse indivíduo. A potencialização destes sentimentos leva à depressão e à desestabilização emocional (Vieira *et al.*, 2013).

Segundo Dejours (1992), a máquina e o homem precisam funcionar em máxima perfeição. Um erro apenas pode levá-lo à morte. “Quando ele menos espera o seu caminhão pode invadir uma pista contrária, por exemplo, ou capotar, ou, enfim, tombar a sua carga, matar uma família que vem no sentido contrário e perder a própria vida. Tem gente que vira aí, por exemplo, três dias sem dormir, sob efeito de rebite, cocaína. E quando acaba o efeito, se mata, mata alguém.” (Entrevistado 1, Domingo Espetacular, 2015). Corroborando o que o entrevistado traz, pode-se citar Freud (1968, citado em Dejours, 1994), que afirma que o sujeito pode criar representações mentais capazes de descarregar a tensão pelo trabalho, surgindo, assim, os chamados “fantasmas”, relatados por meio de fuga, crise de raiva, agressividade, o que gera uma gama de descargas psicomotoras.

“As rodovias são cheias de curvas, descuidos com cargas pesadas podem custar a vida.” (Entrevistado 1, Domingo Espetacular, 2015). Confirmando esta fala, segundo Dejours (1992), quanto mais controladora, rígida e encarceradora a organização se mostrar, mais ela irá acarretar sofrimento psíquico no trabalhador. “Repórter: Como é que você faz pra se manter concentrado

tanto tempo no volante? Entrevistado: Vai ali na barrica do caminhão, passa uma água na cara, dá uma andada em volta, dá uma despertada, né. Mas, têm vezes que não dá, não, cara. Têm vezes que tem que apelar aí, tem que apelar pro rebite.” (Entrevistado 2, Profissão Repórter, 2012).

Um estudo realizado por Knauth *et al.* (2012) apontou que 12,4% dos caminhoneiros consumiam o “rebite” para se manterem acordados, tanto de forma isolada, como também combinado com outras substâncias. Já a ingestão de bebidas alcoólicas se deu por mais de 70% dos entrevistados; destes, 45,1% relatam consumir no mínimo uma vez por semana. Para Nascimento, Nascimento e Silva (2007) é comum o uso de anfetaminas com o intuito de reduzir o sono e minimizar o cansaço em percursos longos.

“Com apenas sete horas de sono, um motorista entrevistado completa dois dias de viagem”. Repórter: “Coloca de repente a tua vida, e a de outras pessoas em risco?” Entrevistado: “Não, enquanto estiver aguentando e ver que dá pra aguentar assim, vou rodando, mas na hora que ver que está cansado, tem que parar né.” (Entrevistado 2, Profissão Repórter, 2012). Esta fala pode ilustrar e refletir os resultados que, Pereira e Zille (2010) encontraram em sua pesquisa, na qual se verificou que 52% dos trabalhadores possuem algum tipo de problema de saúde, “como hipertensão, diabetes, gastrite, colesterol alto, hipotireoidismo, obesidade, esofagite, dislipidemia, refluxo gástrico” (Pereira e Zille, 2010, p. 428). Dessa forma, os autores salientam a relação que as manifestações biológicas têm, direta ou indiretamente, com o estresse.

2. Perigo no transporte de cargas, fretes com preços baixos, assaltos e riscos ao volante

Para Resende, Souza e Silva (2010), além das iniquidades na economia, o motorista insatisfeito afeta a reputação da empresa também, causando impactos na economia das organizações, assim como as questões de baixa remuneração, perigos e a solidão podem desencadear o estresse e a depressão destes profissionais. “O trabalho, portanto, pode ser uma fonte para o agravamento do sofrimento ou o contrário, pode representar um ambiente prazeroso que o faça ser capaz de dominar as suas angústias” (Fiakoski, Meneghetti, & Rangel, 2010, p. 149).

“Os caminhoneiros são alvos fáceis para quadrilhas especializadas no roubo de cargas. Uma parada para procurar um banheiro pode ser motivo para um assalto. A frequência dos assaltos chega a dois por noite, segundo a polícia rodoviária.” (Entrevistado 3, Programa Ficha Social, 2015). Isso corrobora o entendimento de Dejours (1994, p. 32) sobre a relação entre o prazer e o trabalho: “O prazer do trabalhador resulta da descarga psíquica que a tarefa autoriza, o que corresponde a diminuição da carga psíquica do trabalho”. Dessa forma, a partir do momento em que o motorista não obtém prazer, apenas desgaste, como no caso do entrevistado acima, o sofrimento é central, implicando uma luta do sujeito com aquilo que o faz sofrer (Dejours, 1992). Os momentos de tristeza e depressão durante a vida, devido a algum fato, são inevitáveis. Porém, a depressão em si não é apenas por um estado de tristeza qualquer.

3. Solidão, distância de familiares e amigos

“O caminhoneiro é solitário, só que a esposa é muito mais. Porque ela fica e ele vai, entende.” (Entrevistado 2, Profissão Repórter, 2012). Segundo Knauth *et al.* (2012) essas condições de trabalho levam os caminhoneiros a terem sentimentos de isolamento e solidão, pelo fato de permanecerem durante dias ou semanas longe de casa, o que pode também gerar tensão e conflitos com a sua família de origem. Dessa forma, confirma Dejours (1992, p. 32-33): “somente o corpo que trabalha, o corpo produtivo do homem, como o corpo trabalhador da mulher são aceitos; tanto mais aceitos quanto menos se tiver necessidade de falar deles”. Ou seja, como Gazzotti e Vasques-Menezes (1999; citado em Abreu *et al.*, 2002) referem, a fragilidade emocional que provém da falta dos suportes afetivo e social provoca um sofrimento exacerbado, pois essa situação não se reflete apenas na vida privada, mas, também, no campo do trabalho.

O sujeito, ao se ver sem saída para compartilhar dificuldades, preocupações e anseios, acaba por aumentar o nível de sua tensão emocional, o que resulta em síndromes, depressão e estresse (Abreu *et al.*, 2002). Aqui, estamos nos referindo realmente ao sofrimento, o que pode ser exemplificado com a entrevista a seguir:

Repórter: *“E, hoje você gosta de trabalhar como caminhoneiro?”*

Entrevistado 4: “*Se for dizer hoje a verdade eu não gosto muito, você não vive pra você mais, só vive pro trabalho né.*”

Nessa reportagem, o pai não via a filha há três meses, e segundo ela: “*Se o senhor pudesse parar né, e arrumar uma casinha.*” No ano passado a menina só viu o pai uma vez, e se emociona ao se despedir dele (Entrevistado 2, Profissão Repórter, 2012).

Esse modo de trabalhar resulta numa solidão intensa. Os trabalhadores sentem, muitas vezes, que o outro não é seu amigo ou companheiro, alguém que possa apoiar ou ajudar. As questões afetivas são prejudicadas: confiança, amabilidade, atenção e respeito ao outro podem desaparecer (Merlo, Bottega, & Perez, 2014). “A exaustão emocional é caracterizada por um sentimento muito forte de tensão emocional que produz uma sensação de esgotamento, de falta de energia e de recursos emocionais próprios para lidar com as rotinas da prática profissional” (Abreu *et al.*, 2002).

Outro aspecto dessa realidade é abordado a partir do relato de um caminhoneiro, que afirma: “Sou caminhoneiro há mais de vinte anos praticamente, e aqui é minha casa, meu varal, minha toalha, eu moro aqui. Às vezes eu vou passear em casa, onde fica minha família, mas eu moro aqui. Aqui é minha casa.” (Entrevistado 3, Programa Ficha Social, 2015). Ou seja, o individualismo prevalece, viajam e “moram” sozinhos. Para isso, Dejours (2007, citado em Vieira *et al.*, 2013),

Destaca, como agravante do sofrimento, o avanço do individualismo, que trouxe o esfacelamento do tecido social, minando a cooperação, o reconhecimento e os espaços de convívios (...). Os trabalhadores estão cada vez mais isolados e solitários, o que intensifica o sofrimento e contribui para o desencadeamento de doenças (psíquicas e somáticas) (Vieira *et al.*, 2013, p. 417).

Dejours (1992) afirma, além disso, que o medo cria riscos, podendo ser uma alavanca para o trabalho; a família e os laços sociais se habitua ao trabalho que o sujeito desempenha, porém, esse medo, como citado acima, age trazendo problemas psicológicos e físicos à saúde dos trabalhadores.

4. Condições precárias de vida, alimentação e higiene

“Durmo em posto, beira de estrada, tomando banho em banheiros imundos, sendo mal tratado, às vezes, pelo mau atendimento em postos, empresas, porteiros, tudo.” (Entrevistado 3, Programa Ficha Social, 2015). Os autores Resende, Souza e Silva (2010) afirmam que os fatores intrínsecos ao trabalho, como a pressão, os deslocamentos e, nesses casos, as más condições de trabalho, podem elevar o nível de estresse do trabalhador.

França e Rodrigues (1996; citado em Pereira & Zille, 2010) consideram que as questões sociais são desencadeadoras de doenças ocupacionais, dentre elas o estresse. Segundo os autores, o ser humano é um todo – biológico, ecológico e socialmente determinado – concluindo que o seu bem-estar, seja físico ou psicossocial, relaciona-se diretamente às situações as quais ele está conectado dentro de um grupo, de uma comunidade e, também, do sistema sociocultural em que vive.

“O povo, ontem mesmo tinha gente comentando, caminhoneiro é vagabundo, lazarento, não sabe de nada, ganha muito bem. Nós não ganhamos bem não gente, nós ganhamos é muito mal, pelo que a gente faz, trabalhar praticamente 18 horas por dia, todos os dias. De noite, de madrugada, dormindo em posto, sendo arriscado a ser assaltado, a perder o caminhão, comendo mal nas estradas, dormindo em beiradas de borracharia e de posto, não temos estrutura nesse país pra esse tipo de coisa”. (Entrevistado 3, Programa Ficha Social, 2015). Nesse sentido, Abreu (2002) vem apontar a questão da influência do trabalho na vida do sujeito:

O trabalho ocupa um papel central na vida das pessoas e é um fator relevante na formação da identidade e na inserção social das mesmas. Neste contexto, considera-se que o bem-estar adquirido pelo equilíbrio entre as expectativas em relação à atividade profissional e à concretização das mesmas é um dos fatores que constituem a qualidade de vida. Esta é proporcionada pela satisfação de condições objetivas tais como renda, emprego, objetos possuídos e qualidade de habitação, de condições subjetivas como segurança, privacidade e

afeto (Wilheim & Déak, citado em Cardoso, 1999), bem como motivação, relações de autoestima, apoio e reconhecimento social (Abreu *et al.*, 2002).

Quando o trabalhador sente que não é valorizado e seu trabalho não tem sentido, isso envolve dois sintomas principais: a insatisfação e a ansiedade e, juntamente a esses, os trabalhadores se colocam como indignos, inúteis, envergonhados, desqualificados, cansados. Isso pode gerar uma imagem narcísica, que Dejours traz como “pálida, feia e miserável” (Dejours, 1992). Partindo disto, o entrevistado 3 continua afirmando sua insatisfação ao relatar que “*Aqui nós não somos valorizados, somos tratados que nem cachorro aí na rua.*” (Entrevistado 3, Programa Ficha Social, 2015). Dessa forma, pode-se entender que as condições nas quais o trabalhador está vivendo, sua qualidade de vida e concretização de objetivos são relevantes para sua realização profissional. No caso dos caminhoneiros, sua insatisfação acaba gerando e mantendo o estresse e o sofrimento. Dejours (1992) afirma que, por conta do trabalho não oferecer vias de descarga de energia de acordo com a personalidade do trabalhador, este se confronta com a realidade e busca significar as tarefas que desempenha. Ao aparecer um conflito, surge uma sobrecarga emocional e insatisfação do trabalhador, privando-o de meios de canalizar suas pulsões, que caracteriza-se como um representante psíquico dos estímulos somáticos (Freud, 1915 citado em Zimmerman, 2010). Dessa forma, a submissão ao trabalho e a sua forma de organização influenciam o funcionamento mental do trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões e dos pressupostos obtidos e analisados neste estudo, compreende-se a dimensão do trabalho como mantenedora de prazer e de sofrimento. No caso dos caminhoneiros, o sofrimento se sobressai e se ressalta, acarretando patologias psíquicas que passam a dominar a vida do trabalhador.

Como em todo o percurso histórico feito, a organização do trabalho sempre procurou manter controle e rigidez sobre seus trabalhadores, exigindo produção e se esquecendo do bem-estar de seu servidor. Neste estudo é possível visualizar claramente que condições de vida, higiene, relacionamentos e reconhecimento da atividade que o sujeito desempenha são pontos relevantes e fundamentais para que este possa ter uma boa qualidade de vida e trabalhar com potencialidade. No entanto, o profissional pode colocar em risco a sua própria vida como a de outras pessoas, gerando uma sobrecarga emocional considerada grande, em função de este sujeito precisar pensar nas outras pessoas, antes mesmo de pensarem si próprio.

Ressalta-se a importância deste estudo, tanto para os autores deste, como experiência pessoal, quanto pensar em nível familiar e social essas questões do sofrimento do profissional caminhoneiro. Sugere-se que novas pesquisas em torno do tema sejam realizadas, a partir do percurso teórico realizado, que nos dá uma amostra e um início de uma possível ampliação deste trabalho.

Conclui-se, a partir do trabalho realizado, da pesquisa teórica e das análises, que a profissão de caminhoneiro pode causar sofrimento ao sujeito, levando-o a patologias e à sobrecarga de trabalho. Os objetivos do trabalho foram claramente atingidos, podendo-se observar todos os pontos citados inicialmente para com o estudo com os caminhoneiros, por meio das reportagens analisadas e estudadas minuciosamente. Desta forma, verificou-se que a rotina de trabalho é cansativa: o trabalhador passa até noites sem dormir a fim de conseguir entregar suas cargas no prazo previsto; as condições de trabalho não são boas; correm o risco de serem assaltados, riscos de sofrerem acidentes causados pelo cansaço excessivo e riscos que envolvem condições precárias de higiene. Por fim, percebeu-se que o profissional caminhoneiro sente falta de um suporte afetivo vindo da família e dos amigos, pelo fato de não conseguir manter contato com estes por conta de suas viagens e de muitos dias longe, sentindo-se como um visitante em sua própria casa.

A partir disso, pretende-se salientar a importância de se criarem projetos que atendam às necessidades desta profissão que hoje se encontra desassistida, ressaltando-se a importância da

família e dos amigos para evitar o sofrimento deste profissional. Ao finalizar este trabalho, destaca-se, ainda, a importância na caminhada acadêmica de um dos autores deste artigo, bem como em sua vida particular, pois este já teve uma passagem breve pela profissão, vivenciando estas dificuldades enfrentadas por estes profissionais. Desta forma, mesmo sendo difícil e sem reconhecimento, a profissão de caminhoneiro é digna de orgulho e respeito.

REFERÊNCIAS

- Abreu, K. L., Stoll, I., Ramos, L. S., Baumgardt, R. A., & Kristensen, C. H. (2002). Estresse ocupacional e síndrome de Bournout no exercício profissional de psicologia. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 22(2).
- Borges, J. L.; Winter, L. E.; Souza, C. D. (orgs), (2013). *Pesquisa em Psicologia: pressupostos teóricos e metodológicos*. Três de Maio: SETREM.
- Chemama, R. (2007). *Depressão: a grande neurose contemporânea*. Porto Alegre: CMC Editora.
- Curado, E. M. (2013). Trabalho e aposentadoria: Análise psicodinâmica da percepção de servidores públicos que adiam a aposentadoria. *Trabalho Final de Curso*. Brasília: Instituto de Psicologia.
- Dejours, C. (1992). *A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Dejours, C.; Abdouchelle, E.; Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, Trabalho e Ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34.
- Domingo Espetacular (2015). Rotina Desgastante dos Caminhoneiros – Rede Record. Retirado do: <https://www.youtube.com/watch?v=5BxxQzS4H4Q>
- Fialkoski, A. C., Meneghetti, T. V. & Rangel, F. B. (2010). A Carga Psíquica do Trabalho: o trabalho como fonte de sofrimento ou prazer. *XI Salão de Iniciação Científica PUCRS*. Porto Alegre: PUCRS.1494-
- Ferreira, A. B. H. (2008). *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo Editora.
- Hartmann, F. (2007). *Depressão: a principal neurose da sociedade atual*. Retirado do: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/10264-depressao-a-principal-neurose-da-sociedade-atual-entrevista-especial-com-fernando-hartmann>.
- Jacques, M. G. C. (2003). Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. *Psicologia e Sociedade*, 15(1).
- Jilou, V. (2013). Capitalismo flexível, trabalho precarizado e sofrimento psíquico de professores universitários. *Revista Encontro de Pesquisa em Educação*, 1(1), 187-201.

- Knauth, D. R.; Leal, A. F.; Pilecco, F. B.; Seffner, F. & Teixeira, A. M. F. (2012). Manter-se acordado: a vulnerabilidade dos caminhoneiros no Rio Grande do Sul. *Revista de Saúde Pública*, 46(5), 886-893.
- Marx, K. (1895). *O Capital*. (Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural.
- Merlo, A. R. C., Bottega, C. G. & Perez, K. V. (2014). *Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos relacionados ao trabalho*. Porto Alegre: Evangraf.
- Medeiros, S. N. (2013). *Clínica Psicodinâmica do Trabalho com a Unidade de Operações Aéreas do Detran*. Retirado do: <http://ulbra-to.br/encena/2013/12/19/Clinica-Psicodinamica-do-Trabalho-com-a-Unidade-de-Operacoes-Aereas-do-Detran>.
- Moscovici, F. (1995). *Equipes dão certo: a multiplicação do talento humano*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Nascimento, E. C.; Nascimento, E. & Silva, J. P. (2007). Uso de álcool e anfetaminas entre caminhoneiros da estrada. *Revista de Saúde Pública*, 41(2), 290-293.
- Pereira, L. Z. & Zille, G. P. (2010). O estresse no trabalho: uma análise teórica de seus conceitos e suas inter-relações. *Gestão e Sociedade*, 414-434.
- Pertile, K. (2012). Entre o Prazer e o Sofrimento: um estudo de caso com vendedoras de um comércio varejista. *Trabalho de Conclusão de Curso*. SETREM: Três de Maio/RS.
- Profissão Repórter. (2012). Vida de Caminhoneiro – Rede Globo. Retirado do: <https://www.youtube.com/watch?v=qsYQahEmYNE>.
- Programa Ficha Social. (2015). Desabafo de um Caminhoneiro – Canal de Vídeos do site YouTube. Retirado do: https://www.youtube.com/watch?v=W_XPCNOuKZo.
- Resende, P. T. V.; Souza, P. R. & Silva, J. V. R. (2010). Fontes de Tensão e Estresse nos Caminhoneiros Brasileiros: uma análise a partir do modelo occupational stress indicator. In: *Simpoi Anais*, 2010.
- Vieira, F. O., Mendes, A. M. & Merlo, A. R. C. (2013). *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá.
- Zimmerman, D. E. (2010). *Fundamentos psicanalíticos Teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre: Artmed.